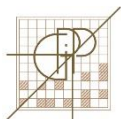


# Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Valongo

MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO  
MUNICÍPIO DE VALONGO



## Índice

Índice de Figuras .....	2
Índice de Tabelas .....	3
Enquadramento Geral .....	5
Metodologia .....	5
Enquadramento Legislativo .....	7
Enquadramento Geográfico .....	12
Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do município de Valongo .....	17
□ População .....	18
□ Economia .....	23
□ Mobilidade e Acessibilidade .....	28
□ Edificado e Habitação .....	36
□ Ambiente .....	42
□ Património .....	49
□ Planeamento .....	49
Modelo Territorial .....	68
Fatores Críticos de Mudança e Considerações Finais .....	69

## Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura Orgânica do município de Valongo	7
Figura 2: Contexto Regional	12
Figura 3: População Residente na região Norte (2016)	13
Figura 4: Variação da população residente na região Norte (2015-2016)	13
Figura 5: Rede de Transporte na AMP (2016)	14
Figura 6: Contexto Natural na AMP	15
Figura 7: Freguesias do município de Valongo	16
Figura 8: Evolução da População Residente no município de Valongo	18
Figura 9: População por grupos etários no município de Valongo	19
Figura 10: Conjuntura do Envelhecimento no município de Valongo	20
Figura 11: Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário em Valongo	21
Figura 12: Nível de escolaridade da população do município de Valongo por níveis	21
Figura 13: População empregada (%) por setor de atividade	23
Figura 14: Número de inscritos no Centro de Emprego (média anual)	24
Figura 15: Número de Empresas no município de Valongo	24
Figura 16: Evolução do número de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas no município de Valongo	24
Figura 17: Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas Relacionadas na Indústria e nos Serviços no município de Valongo	25
Figura 18: Grau de Sobrevivência das Empresas Durante um Período de 2 Anos no município (%)	26
Figura 19: Volume de Negócios e Balança Comercial do município de Valongo	26
Figura 20: Tráfego Médio Diário Anual por Sublaços da A4 (em cima) e da A41 (em baixo) que interseam o município de Valongo	28

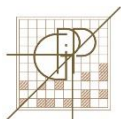


Figura 21: Evolução no número de passageiros da Linha Suburbana do Porto (milhões de passageiros)	30
Figura 22: Mobilidade Suave no município	31
Figura 23: Valongo e o seu enquadramento de mobilidade	32
Figura 23: Número de Estabelecimento de Ensino (Privado e Público) no município	33
Figura 25: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no município de Valongo	37
Figura 26: Evolução do número de edifícios licenciados e concluídos no município de Valongo	37
Figura 27: Fogos Licenciados por Tipologia no município de Valongo	38
Figura 28: Evolução do Número de Licenciamentos por Freguesia no município de Valongo	39
Figura 29: Idade Média do Edificado no município de Valongo	40
Figura 30: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011	40
Figura 31: Edificado a necessitar de reparação no município	41
Figura 32: Qualidade do ar no Porto Litoral (Estação Ermesinde-Valongo)	43
Figura 33: Consumo de eletricidade (kWh) no município de Valongo	44
Figura 34: Produção de resíduos (kg/hab) no município e a AMP	44
Figura 35: Despesas em ambiente do município e da AMP por habitante	45
Figura 36: Conjuntura dos incêndios no município e na AMP	46
Figura 37: Evolução da temperatura média na AMP	47
Figura 38: Evolução da precipitação acumulada na AMP	47
Figura 39: Área ardida entre 2011 e 2017	48
Figura 40: Rede Natura 2000 no município de Valongo	53
Figura 41: Intervenção por domínios	59
Figura 42: Intervenção por domínios, segregando equipamentos desportivos e escolares de outros equipamentos e demais demónios de intervenção municipal	60
Figura 43: Tipo de Intervenção	60
Figura 44: Ano das intervenções municipais	61

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Estruturação dos indicadores	6
Tabela 2: Quadro Legislativo existente, à data da publicação do PDM (2015)	9
Tabela 3: Alterações Legislativas	10
Tabela 4: Evolução da população residente no concelho de Valongo	18
Tabela 5: Número de analfabetos com mais de 10 anos e taxa de analfabetismo	22
Tabela 6: IDH do município de Valongo	22
Tabela 7: Conjuntura agrícola-pecuária do município de Valongo	27
Tabela 8: Linhas de Transporte Público do município de Valongo	29
Tabela 9: Classificação de vias para a mobilidade suave no município	30
Tabela 10: Equipamentos de Ação Social no município	33
Tabela 11: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011	36
Tabela 12: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011	36
Tabela 13: Número de edifícios conforme as novas construções e ampliações, alterações ou reconstruções no município de Valongo	38
Tabela 14: Conjuntura da Habitação Social no município	41
Tabela 15: Alojamentos com água da rede pública	42
Tabela 16: Alojamentos ligados aos sistemas de drenagem de águas residuais	43
Tabela 17: Instrumentos de política ambiental no município	45
Tabela 18: Eixos e opções Políticas e Medidas Identificadas	51
Tabela 19: Orientações de Gestão Rede Natura 2000	53

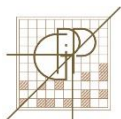


Tabela 20: Recomendações aos municípios pela RH2	55
Tabela 21: Recomendações aos municípios pela RH3	56
Tabela 22: PAMUS da AMP para o município de Valongo	57
Tabela 23: Síntese das Propostas do PDM	58
Tabela 24: Gestão Urbanística do município de Valongo pós 2015	59
Tabela 25: Distribuição e Compreensão do Investimento municipal, ao nível das intervenções, por freguesia	61
Tabela 26: Planos Setoriais do PDM de Valongo	62
Tabela 27: Tabela de Execução do PDM	62
Tabela 28: PEDU medidas e ações propostas	65
Tabela 29: UOPG no município de Valongo	66

### Siglas e Abreviaturas

Art.º - Artigo

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CMV – Câmara Municipal de Valongo

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

EP – Estradas de Portugal, Infraestruturas de Portugal.

ETA – Estação de Tratamento de Águas

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

LBGPPSOTU - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável

PC – Portal do Clima

PDMV – Plano Diretor Municipal de Valongo

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PRIV – Privados

PRN2000 – Plano Rodoviário Nacional de 2000

PROF-AMP – Plano Regional de Ordenamento das Floresta da Área Metropolitana do Porto

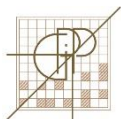
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RAN – Rede Agrícola Nacional

REN – Rede Ecológica Nacional

REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



## Enquadramento Geral

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Valongo foi aprovado através do Aviso n.º 1634/2015, de 11 de Fevereiro, com as correções materiais publicadas através do Aviso n.º 15.558/2017, de 27 de Dezembro, tendo sido objeto de uma alteração publicada através do Aviso n.º 1639/2018, de 5 de Fevereiro.

A importância deste documento e a sua constante atualização obriga ao desenvolvimento, segundo o presente RJIGT, aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, de um processo de monitorização que o relacione também com outros planos/ IGT.

Neste contexto, os objetivos definidos pelo PDM - *fortalecimento da coesão territorial, a preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado e a reestruturação e fortalecimentos dos setores económicos* - serão avaliados, tendo em conta as estratégias que os IGT predefinem e procurando dar resposta aos objetivos de monitorizar e avaliar, mas também caracterizar o município de Valongo, tendo em consideração fatores *socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano* e, por fim, *ambiente e questões biofísicas* (Prada, O., 2008).

Deste modo, o presente documento procura realizar o enquadramento e o balanço da gestão territorial, com a informação disponibiliza pelo município, tendo a intenção de preparar e coordenar de forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias que estão em desenvolvimento no município.

## Metodologia

A elaboração do REOT engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à identificação de indicadores capazes de avaliar e de informar a conjuntura do concelho, tanto ao nível socioeconómico como no que respeita a mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e ambiente.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o plano e o sistema real (Prada, O., 2008). No caso deste plano, é realizada através da análise de plantas e outros documentos associados aos diferentes IGT; para a análise do sistema real, os comportamentos e indicadores são ferramentas para a obtenção da informação e caracterização do município (ver tabela 1).

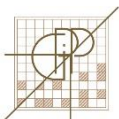


Tabela 1: Estruturação dos indicadores

Tema	Subtema
<u>População</u>	Habitantes
	Educação
	Inclusão Social
<u>Economia</u>	Emprego
	Receitas e Encargos Municipais
	Empresas
	Turismo
<u>Mobilidade e Acessibilidade</u>	Rede Viária
	Rede Ferroviária
	Transportes Públicos
<u>Habitação e Edificado</u>	Edificado
	Habitação Social
	Valores de Mercado
<u>Equipamentos e Serviços Básicos</u>	Saúde
	Sociais
	Escolares
	Desportivos
	Administrativos
	Abastecimento/Saneamento de Água
<u>Património</u>	Património
<u>Ambiente</u>	Consumo
	Nível de Poluição
	Incêndios
	Despesa com o ambiente
<u>Planeamento</u>	Plano Diretor Municipal
	Plano Regional de Ordenamento Florestal da AMP
	PGRH do Douro e do Ave/Cávado e Leça
	Rede Natura 2000
	Plano Rodoviário Nacional 2000
	Outros <sup>1</sup>

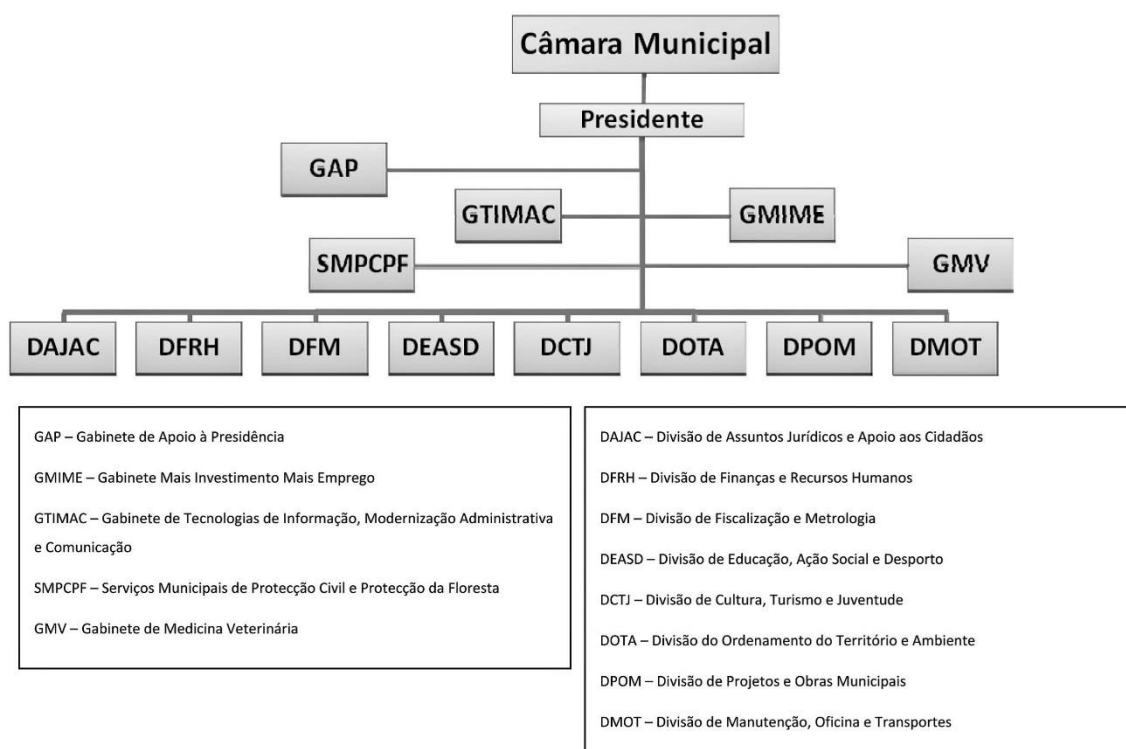
A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar ou não a estratégia definida;
- Ter a perceção da conjuntura do município;
- Facilitar o desenvolvimento de novas estratégias;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios: socioeconómicos, ambientais, urbanos e rurais.

Desta forma, a abordagem utiliza diferentes fontes de informação que instruirão o procedimento avaliativo, como é o caso do INE; também a informação municipal das diferentes subdivisões terá um papel determinante no desenvolvimento deste processo de monitorização. Segundo o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, atualmente a Organização dos Serviços Municipais de Valongo é a explicitada na Figura 1. A origem da referência não foi encontrada., muito embora esta estrutura orgânica esteja em processo de reorganização.

<sup>1</sup> Programa Nacional para as Alterações Climáticas; Plano Diretor Municipal de Defesa Contra Incêndios; Carta Educativa; Área de Reabilitação Urbana; entre outros.

Figura 1: Estrutura Orgânica do município de Valongo

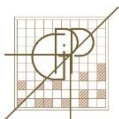


### Enquadramento Legislativo

O quadro legislativo no qual foi aprovado o PDM em vigor, principal IGT que interfere de forma direta no território do município, foi alterado desde a publicação do Plano, tendo sido publicada uma nova LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio) e um novo RJIGT (DL n.º 80/2015, de 14 de Maio).

A LBGPPSOTU define que é o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais que têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo» que estão previstas na Constituição e na lei (art.º 8º). Na sequência deste dever surge a obrigatoriedade, por parte dos municípios, de planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização, o que deverá ser antecedido e sustentado nos REOT.

Segundo o novo RJIGT (art.º 189º), é a CMV que elabora o REOT e que, no final da sua elaboração, o submete à apreciação da assembleia municipal e, à semelhança do anterior RJIGT, sujeita-o a discussão pública durante 30 dias (Quadro 1 – página seguinte).

**Quadro 1: DL n.º 80/2015, 14 de maio**

Art.º 189.º

Relatórios sobre o estado do ordenamento do território

1 - O Governo elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a submeter à apreciação da Assembleia da República.

2 - A comissão de coordenação e desenvolvimento regional elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela.

3 - A CMV, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados para o efeito.

4 - Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, referidos nos números anteriores, traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

5 - Concluída a sua elaboração, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.

6 - A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o

Fonte: Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14

Seguidamente a esta contextualização do REOT, impera conhecer qual a dinâmica jurídico-legislativa desde a publicação do PDM, permitindo identificar quais as alterações jurídicas e legislativas, mas também perceber qual o ponto de situação dos restantes IGT enunciados no art.º 4 do Regulamento do PDM em vigor.

Na Tabela 2 é apresentado o quadro legislativo existente à data de publicação do PDM em vigor, distribuído pelas diferentes temáticas, bem como a situação atual dos diferentes diplomas. A análise da tabela revela que, relativamente aos aspetos técnicos associados às diferentes temáticas, não existiram grandes alterações na abordagem dos mesmos no PDM. Ao invés, na conceção metodológica (ver Tabela 3), isto é, na regulação do ordenamento do território, verificaram-se alterações ao nível do RJIGT.



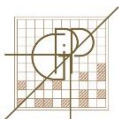
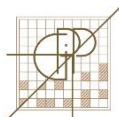


Tabela 2: Quadro Legislativo existente, à data da publicação do PDM (2015)

TEMA	Legislação presente no PDMV	Caracterização	Atual contexto legislativo
Ambiente	DL n.º 468/71, de 5 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico	Em vigor
	DL n.º 595/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Alterado: DL n.º 54/2015, de 22 de junho
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 149/97, de 28 de agosto	Diretiva Habitats - Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 384b/99, de 23 de setembro	Diretiva Aves - Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro	Recursos Geológicos	Em vigor
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Medidas de Proteção ao Sobreiro e à Azinheira	Em vigor
	DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 169/2005, de 26 de setembro	Aproveitamentos Hidroagrícolas	Em vigor
	DL n.º 54/2005, de 15 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos de Domínio Público	Em vigor
	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Lei da Água	Em vigor
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	Em vigor
	DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	Em vigor
	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Alterado: Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto
	DL n.º 107/2009, de 15 de maio	Albufeiras	Em vigor
	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 75/2013, de 12 de setembro	Atribuições e Competências para as Autarquias Locais	Em vigor
Mobilidade e Acessibilidade	DL n.º 222/98, de 17 de Julho	Plano Rodoviário Nacional	Em vigor
	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Lei n.º 34/2015, 27 de abril
Património	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
Planeamento	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Em vigor
	DL n.º 239/2012, 2 de novembro	REN	Em vigor
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJIGT	Revogado: DL n.º 80/2015, de 14 de maio
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Em vigor
	DL n.º 73/2009, de 31 de março	RAN	Alterado e republicado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro
	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo	Em vigor



TEMA	Legislação presente no PDMV	Caracterização	Atual contexto legislativo
	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território	Em vigor
	Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de setembro	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	Suspensão pela: Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 155-A/2008, de 21 de julho	Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	Regime Jurídico da Conservação da Natureza	Em vigor

Fonte: Diário da República e PDMV

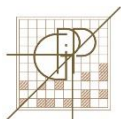
Tabela 3: Alterações Legislativas

TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Apontamentos ou Excertos mais importantes
Ambiente	DL n.º 90/90, de 16 de março	DL n.º 54/2015, de 22 de junho	Criação do Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Alterado: Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto	Define novas responsabilidades, a agentes do SDFCI, nomeadamente o ICNF e GNR, como também estabelece e redefine os conceitos das definições da temática dos incêndios.
Mobilidade e Acessibilidade	Vários diplomas	Lei n.º 34/2015, de 27 de abril	Art.º 1 - 1) O novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, abreviadamente designado por Estatuto, estabelece as regras que visam a proteção da estrada e sua zona envolvente, fixa as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação. 2) O Estatuto estabelece, também, o regime jurídico dos bens que integram o domínio público rodoviário do Estado e o regime sancionatório aplicável aos comportamentos ou atividades de terceiros que sejam lesivos desses bens ou direitos com eles conexos, bem como às situações de incumprimento.
Planeamento	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	DL n.º 80/2015, de 14 de maio	Art.º 1 - Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT.
	DL n.º 73/2009, de 31 de março	DL n.º 199/2015, de 16 de setembro	Art.º 13 - A delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.

Fonte: Diário da República

Sublinhe-se que as alterações trazidas pela aprovação da LBGPPSOTU e do RJIGT configuram um enquadramento legal significativamente diferente daquele que vigorava aquando da aprovação do PDM, introduzindo novas temáticas, como sejam a parametrização das mais-valias, os critérios de reclassificação de solo rústico em urbano, a criação do fundo de sustentabilidade ambiental e urbanística, o sistema perequativo a diferentes escalas, para não falar da criação de um novo paradigma no que respeita à classificação e qualificação do solo, com a introdução de novos critérios para a classificação do solo urbano, deixando de existir o anteriormente chamado “solo urbanizável”.

Refira-se ainda a alteração de outros elementos jurídico-legislativos, que até à data da publicação do PDM vigoravam, como é o caso do novo Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos (DL n.º 54/2015, 22 de junho) e a Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro). Ao mesmo tempo, existem alterações noutros domínios da gestão do território, nomeadamente com a suspensão dos PROF pela Portaria

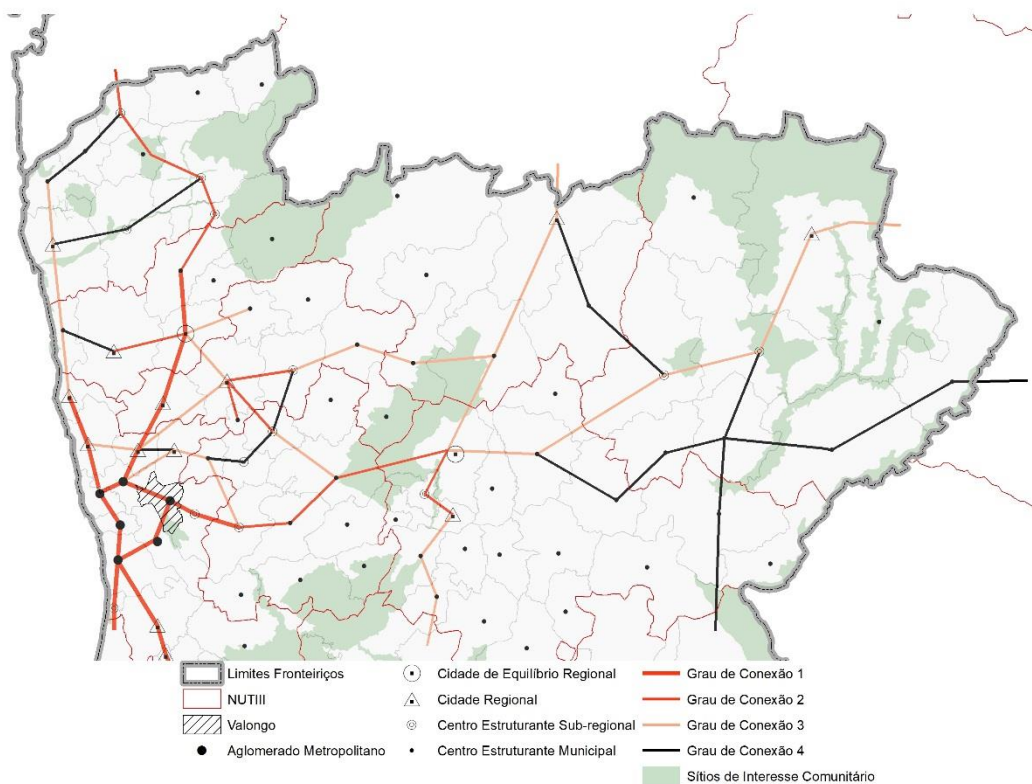


78/2013, de 19 de fevereiro, modificando, não só a área geográfica, como a estrutura deste instrumento de gestão territorial num novo enquadramento político e legislativo; a Lei n.º 34/2015, 27 de abril, criando um novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional; e a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, alterando de forma substancial o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

## Enquadramento Geográfico

O município de Valongo, em termos geográficos, é parte integrante do aglomerado metropolitano do grande Porto, integrado na sub-região estatística da AMP (NUTS III).

Figura 2: Contexto Regional



Fonte: CCDR-N e Rede Natura 2000

A sua localização constitui um importante elo de ligação entre as áreas de grandes densidades do Grande Porto com as áreas industriais e mais rurais da conjuntura metropolitana. É também possível interpretar que o município é classificado como um Aglomerado Metropolitano, com Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Maia e Matosinhos, perfazendo um território policêntrico e estruturante para a dinâmica regional e nacional.

O contexto metropolitano de Valongo é decisivo, não só para o seu desenvolvimento, mas também em termos de competitividade territorial. De referir que a conjuntura demográfica atual, o grau de infraestruturação e o tipo de economia que apresenta a região dotam o município de um posicionamento estratégico com relevo regional.

Figura 3: População Residente na região Norte (2016)

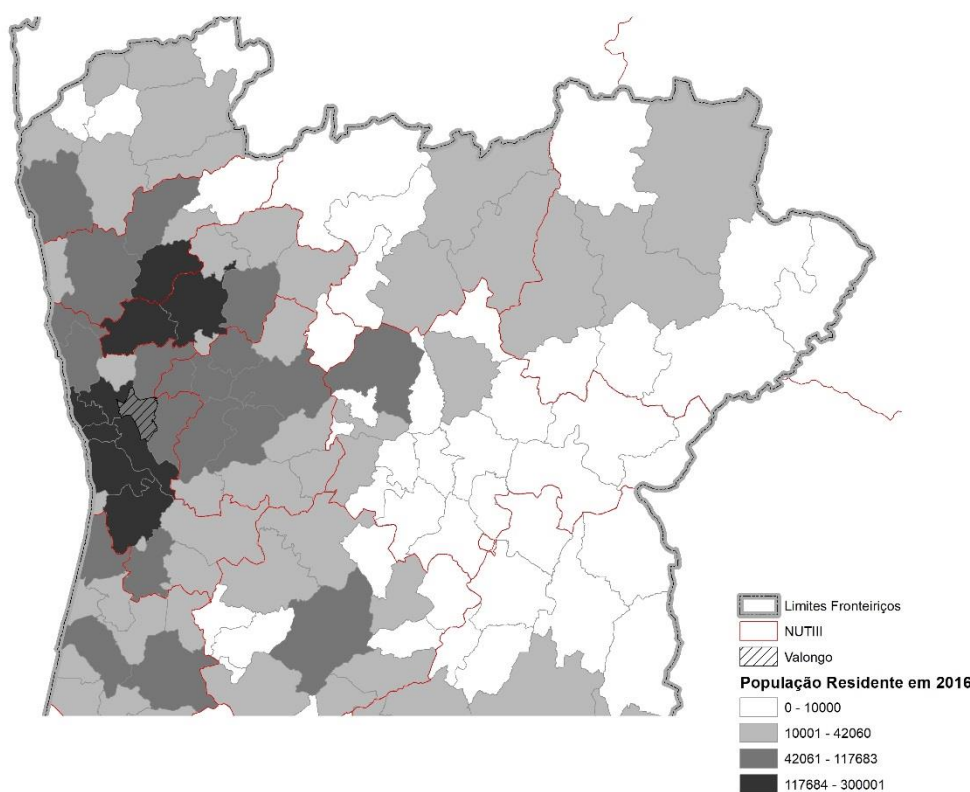
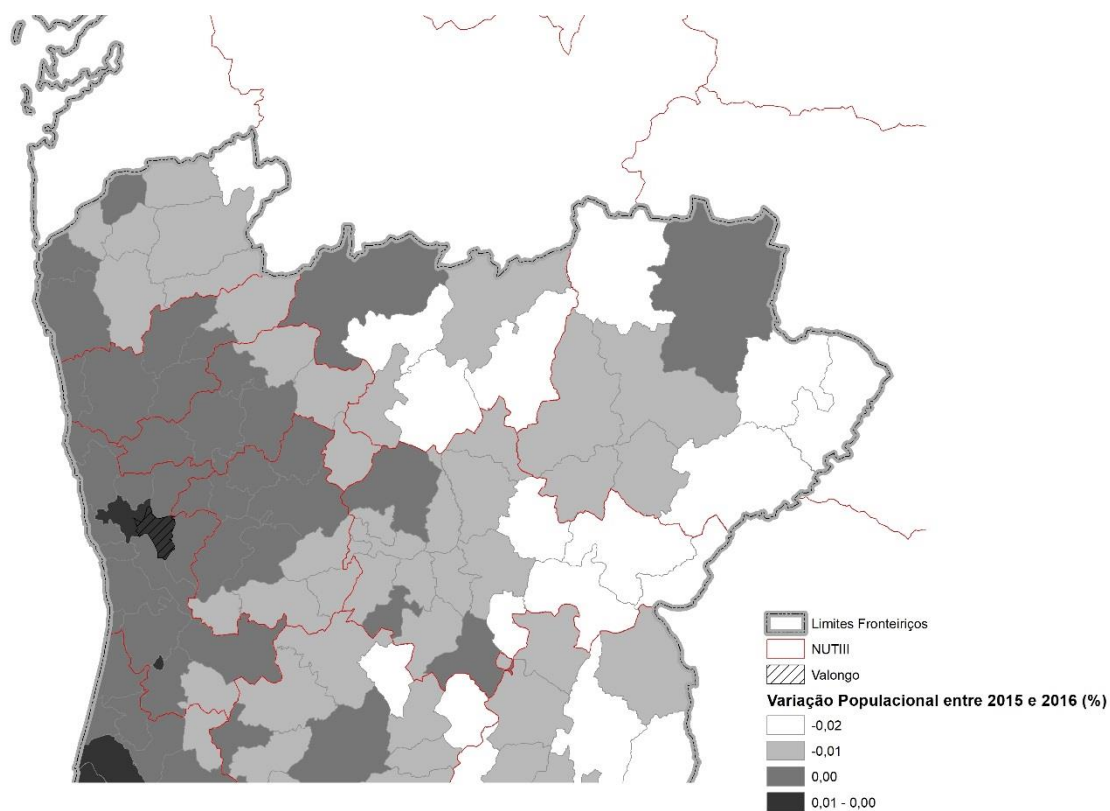


Figura 4: Variação da população residente na região Norte (2015-2016)



Fonte: INE

Tal como é demonstrado nas figuras anteriores, existe um contexto populacional de grande densidade, apresentando uma tendência de aumento populacional, contrastando com a tendência nacional associada ao envelhecimento. Inclusive, Valongo, a par da Maia e São João da Madeira, é um dos municípios com variação populacional positiva, entre 2015 e 2016.

Ao nível das infraestruturas, o município encontra-se localizado num contexto central, integrando o Corredor da Faixa Atlântica que estabelece a relação entre o litoral Atlântico da Península Ibérica e o Corredor Ibérico (Norte), que relaciona a AMP e a Espanha.

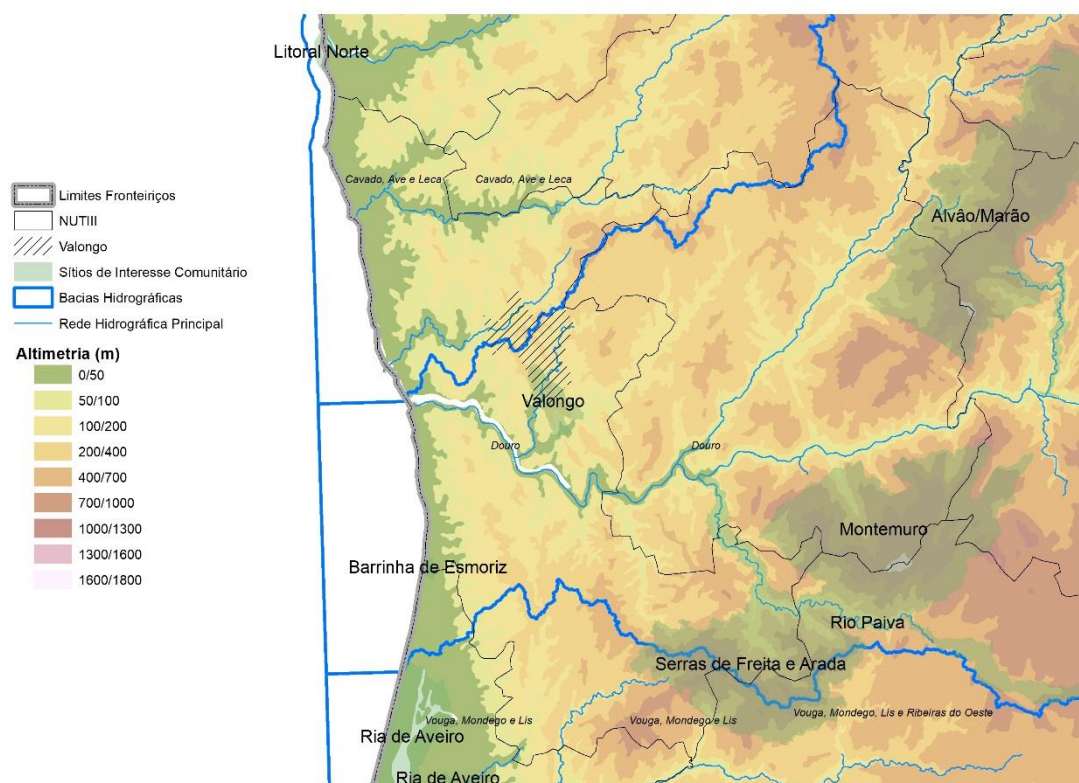
**Figura 5: Rede de Transporte na AMP (2016)**



Fonte: IMT, I.P, Autoridades Portuárias e Aeroporto Francisco Sá Carneiro

A localização do município num território de alta densidade obriga a ter preocupações ambientais, tendo em conta o impacto gerado por este no meio ambiente. Assim, a estruturação espaços naturais de conservação e preservação, bem como a definição de áreas de lazer, ativos importantes para a dinâmica destes territórios, obriga os municípios a adotar medidas neste âmbito. Valongo é considerado um dos municípios piloto em termos de boas práticas ambientais no contexto metropolitano, com a concretização de diversos projetos, como por exemplo o projeto do Parque das Serras do Porto (com os municípios de Gondomar e Paredes), mas também a integração na Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Interesse Comunitário de Valongo.



**Figura 6: Contexto Natural na AMP**


Fonte: APA

Não obstante este contexto metropolitano, Valongo encontra-se enquadrado numa realidade também ela rural e agrícola, o que em nada interfere com o desenvolvimento do município, tal como será possível interpretar neste relatório. Isto porque apresenta, em termos demográficos, uma densidade populacional elevada; em termos económicos, uma vocação exportadora maioritariamente em compostos químicos, metálicos, têxteis e mobílias; e por fim, em termos ambientais, valores relevantes que deverão ser salvaguardados.

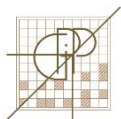
- O concelho de Valongo e as freguesias

O concelho de Valongo tem uma área de 75.2 km<sup>2</sup> e abrange no seu território 4 freguesias, integrando as cidades de Valongo, Ermesinde e Alfena, e as vilas de Campo e Sobrado. A maioria destes aglomerados perfaz uma freguesia, excetuando Sobrado e Campo, que se agregaram por via da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (publicada no Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28), na U.F. de Campo e Sobrado.

Figura 7: Freguesias do município de Valongo







# Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do município de Valongo

- **População**

#### Período Censitário

A evolução da população residente total no concelho de Valongo na última década censitária (2001/2011) revelou um acréscimo de 7853 habitantes, o correspondente a 8% da população em 2001. Este acréscimo verificou-se principalmente em Valongo e Alfena, demonstrando um processo de expansão nas freguesias mais distantes do núcleo central da AMP.

A freguesia que registou o maior aumento populacional neste período foi Valongo, que quase duplicou a população residente, entre 1991/2001 (consultar Tabela 4).

**Tabela 4: Evolução da população residente no concelho de Valongo**

Freguesia	1991	2001	2011	Tx. De Crescimento de 1991/2011	Tx. De Crescimento de 2001/2011
Alfena	12 129	13 665	15 211	20%	10%
Ermesinde	34 415	38 315	38 798	11%	1%
Valongo	13 103	18 698	23 925	45%	22%
U.F. de Campo e Sobrado	14 525	15 327	15 924	9%	4%
Total	74 172	86 005	93 858	21%	8%

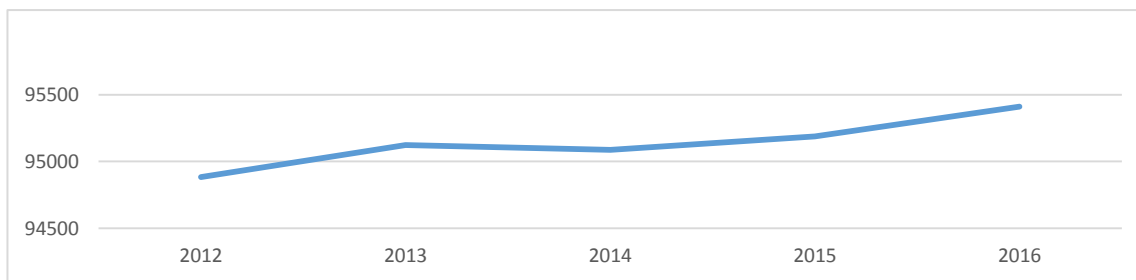
Fonte: INE

#### Período Pós-Censitário

A evolução populacional referente ao período pós-censitário no município, nomeadamente entre 2012 e 2016, evidencia uma tendência positiva do crescimento da população (ver Figura 8).

O aumento da população é residual (cerca de 530 habitantes), variando entre os 94 884 habitantes em 2012 e os 95 411 em 2016.

**Figura 8: Evolução da População Residente no município de Valongo**



Fonte: INE

Consequentemente, existe um aumento da densidade populacional no município, dos 1144 habitantes por km<sup>2</sup>, em 2011, para os 1248 habitantes, em 2011, e depois para os 1269 habitantes por km<sup>2</sup> de 2016. Ermesinde é a freguesia com maior concentração de população, com 5 072 habitantes por km<sup>2</sup> em 2011.

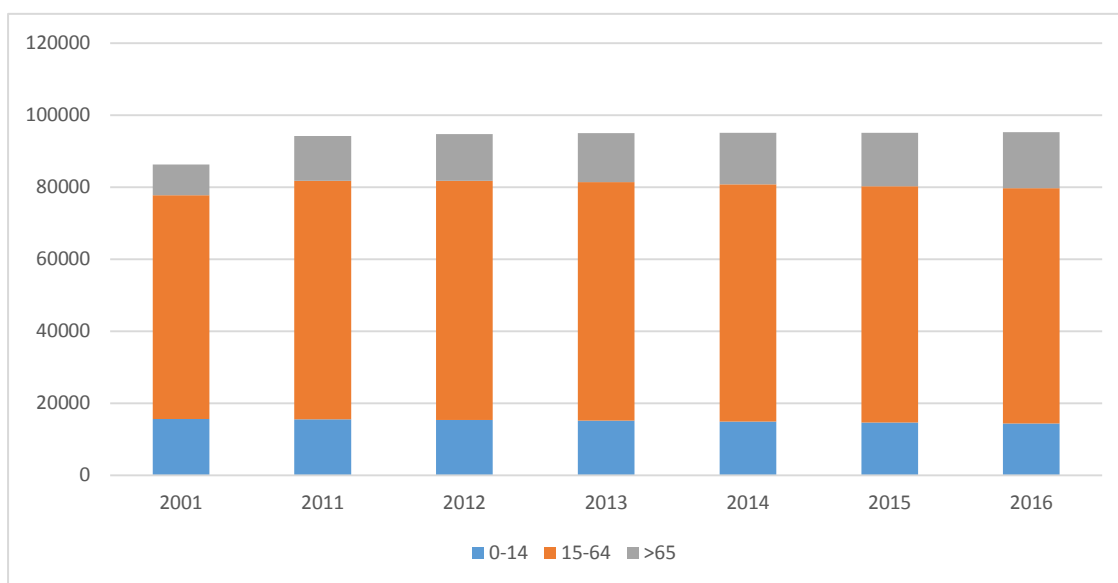
----

O aumento populacional no município não implica necessariamente um aumento do número de habitantes nos grupos etários mais novos, tal como é possível observar na figura

seguinte. Isto porque o facto de o município se inserir num contexto metropolitano faz com que existam movimentos populacionais motivados pela dinâmica do mercado imobiliário e pela oferta de emprego.

Apesar do crescimento populacional evidente, Valongo apresenta uma diminuição progressiva, embora residual, nos grupos etários chave para a dinamização demográfica, nomeadamente entre os 0 – 14 e os 15 – 64 anos. É possível verificar que o grupo etário dos 0-14 diminuiu 8.3%, desde 2001 até 2016; dos 15-64, aumentou 4.8%, desde 2001, ressalvando o facto de que até 2016 diminuiu 1.5% face a 2011; por fim, dos > 65 anos existe um aumento de 53.2% de 2001 a 2016.

**Figura 9: População por grupos etários no município de Valongo**



Fonte: INE

Assim, o aumento populacional no município valonguense, somado com a diminuição dos grupos etários mais novos (<65 anos) evidencia um processo de envelhecimento que pode afetar as perspetivas de futuro em termos de evolução populacional. Contudo, o número de famílias no período censitário aumenta de 28 081 para 33 970, correspondendo a um acréscimo de 17%. Este aumento corresponde na sua maioria à freguesia de Valongo, que apresenta um aumento de 30%, mas também ocorre em Alfena.

Em Ermesinde, a localização mais central favorece a existência de mais famílias, comparativamente com as demais freguesias, representando quase metade dos agregados familiares do município (cerca de 44% em 2011).

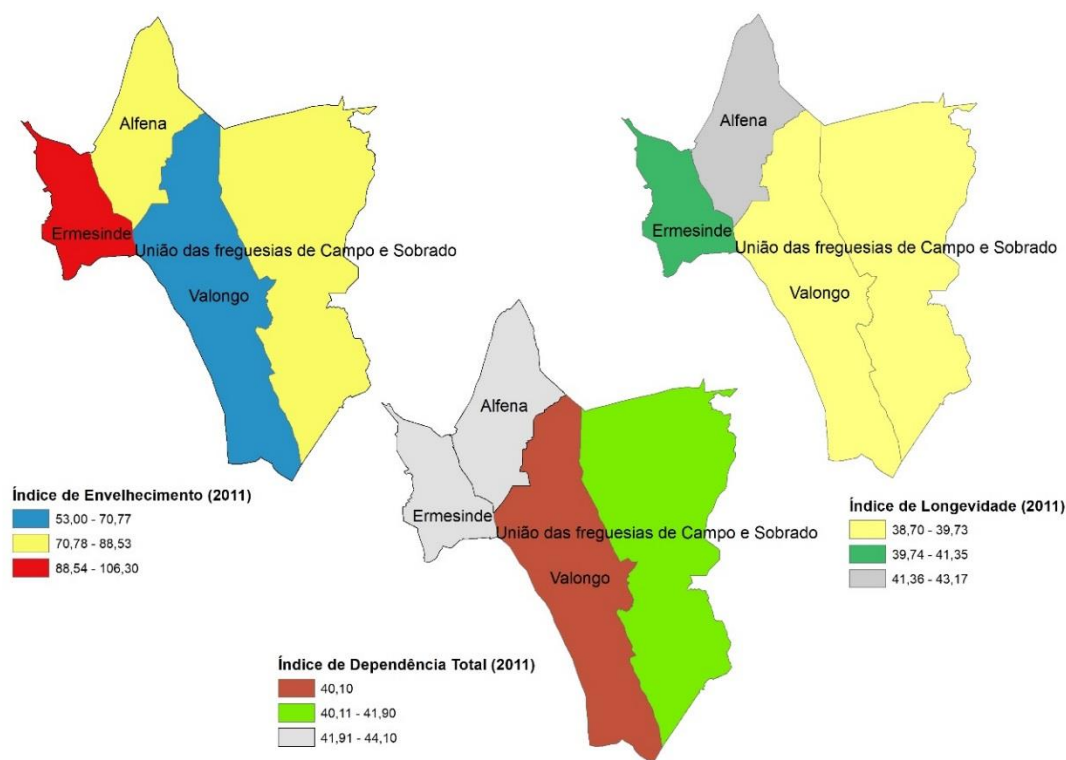
Nos anos mais recentes, apesar da ausência de informação intercensitária, estima-se o aumento do número de famílias, embora residual, motivado pelo aumento da população. Todavia, é possível deduzir, por intermédio da diminuição da dimensão do agregado familiar (desde da década de 60 existe uma diminuição progressiva dos 4.0 elementos para 3.7 em 1981, 3.0 em 2001 e os 2.7 em 2011, segundo dados do INE), que o aumento do número de famílias seja também

resultado de um fenómeno de pulverização destas, o que poderá também estar associado ao envelhecimento da população, cuja tendência se descreverá nos próximos parágrafos.

Associado ao aumento do grupo etário da população idosa, a esperança média de vida aumentou, em Portugal, dos 76.4 anos de vida à nascença, em 2001, para os 80.4 anos, em 2014, inferindo-se consequentemente um aumento do índice de envelhecimento.

O crescimento da população com idade superior a 65 anos no município de Valongo tem evoluído continuamente no período pós-censitário. Entre 2011 e 2016 foi de 17.7%, sendo, inclusive, o grupo etário que apresenta o maior crescimento. Outro indicador que ajuda a compreender a evolução do processo de envelhecimento é o indicador da população jovem com idade < 14 anos, que apresenta uma evolução tendencialmente negativa, cerca de 1.3%, entre os períodos censitários de 2001 e 2011, e de 7% entre 2011 e 2016.

**Figura 10: Conjuntura do Envelhecimento no município de Valongo**



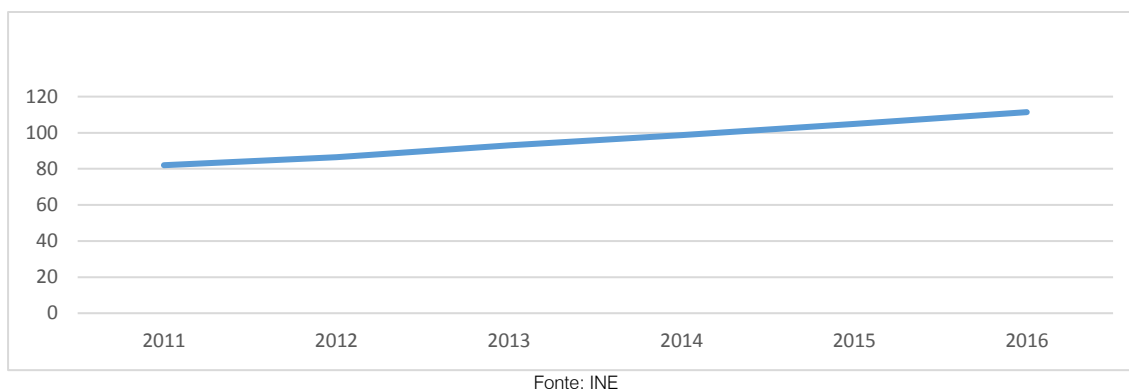
Fonte: INE

Ermesinde é a freguesia que apresenta o maior índice de envelhecimento no contexto municipal (106.3), logo de seguida por Alfena e U.F. de Campo e Sobrado, esta última num contexto mais rural, com 78.7 e 72.95, respetivamente. A freguesia de Valongo apresenta um índice de envelhecimento de 53, menos do dobro da freguesia de Ermesinde.

Estima-se que estes valores possam ter aumentado desde o último momento censitário, devido ao acentuar do processo de envelhecimento, sendo de referir que em 2011, o índice se

mantinha nos 82 % mas no ano de 2016 já atingia os 111.4%, sempre com uma tendência de aumento, como se pode ver na figura seguinte.

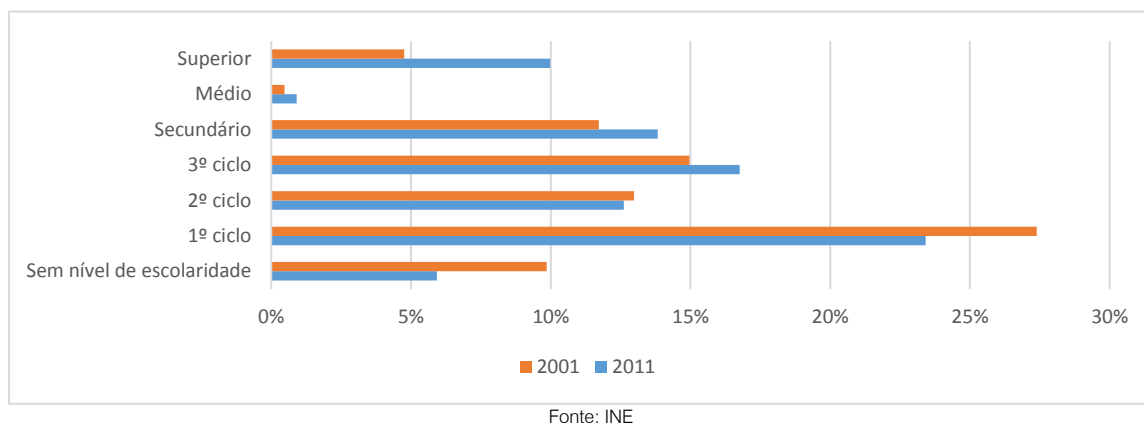
**Figura 11: Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário em Valongo**



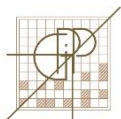
Outro elemento estruturante na caracterização da população é o nível de escolaridade que apresenta, que reflete, em parte, o seu potencial de desenvolvimento socioeconómico.

A Figura 12 apresenta uma realidade francamente positiva nos diversos níveis escolares, atendendo diferenças inter-geracionais: de facto, encontra-se uma população mais idosa com um nível de escolarização predominantemente primário/ básico, mas a população jovem e em idade ativa já se encontra com padrões de escolarização acima da média nacional (níveis superior e a secundário).

**Figura 12: Nível de escolaridade da população do município de Valongo por níveis**



O nível de escolarização dominante é o 1º ciclo, tendo ainda uma representatividade de 23% da população, seguido pelo 3º ciclo, correspondendo a cerca de 17%. Tal facto demonstra a rápida reconversão protagonizada pela população do município, que passou dos 10% sem escolaridade, em 2001, para os 6%, em 2011, e dos 5% da população com o nível superior, em 2001, para os 10%, em 2011. Os demais níveis de ensino mantiveram as suas descidas normais nos níveis de ensino básico (1ºciclo e 2ºciclo).



O desafio da qualificação e formação da população é maior nas freguesias com uma matriz rural mais significativa, sendo Alfena e a U.F. de Campo e Sobrado as freguesias que apresentam taxa de analfabetismo superior a 2.80%.

**Tabela 5: Número de analfabetos com mais de 10 anos e taxa de analfabetismo**

Freguesia	Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de Analfabetismo e comparação com a realidade municipal (2.80%)
Alfena	505	3.72%
Ermesinde	959	2.72%
Valongo	373	1.79%
U.F. de Campo e Sobrado	515	3.62%

Fonte: INE

Consumada a análise da distribuição e densidade populacional, bem como do envelhecimento e da qualificação da população, resta agora perceber como é que esta se encontra em termos sociológicos, nomeadamente, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH foca três dimensões fundamentais para a vida do Homem: viver uma vida longa e saudável, grau de instrução e padrão de vida digno.

**Tabela 6: IDH do município de Valongo**

Índice de Desenvolvimento Humano <sup>2</sup> do município de Valongo	
<i>Esperança de Vida</i>	80,6
<i>Tx. Alfabetização (%)</i>	97.5
<i>Tx. De Escolarização (%)</i>	78
<i>PIB per capita</i>	16 640
<i>Valor do IDH do município</i>	93.77 (IDH muito elevado)

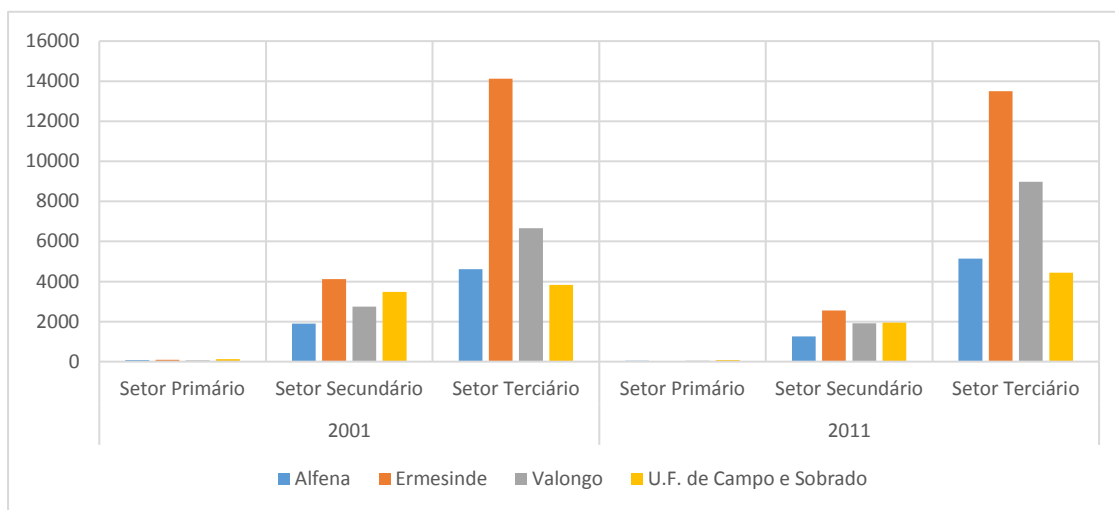
Fonte: INE e Pordata

Valongo apresenta um valor superior ao do contexto nacional, dado que o Programa das Nações Unidas calcula para Portugal um IDH de 84.30, resultado, sobretudo, da qualificação da população de Valongo.

<sup>2</sup> Os valores desenvolvidos, à exceção das taxas apresentadas, compreendem ao contexto nacional.

- Economia

Figura 13: População empregada (%) por setor de atividade



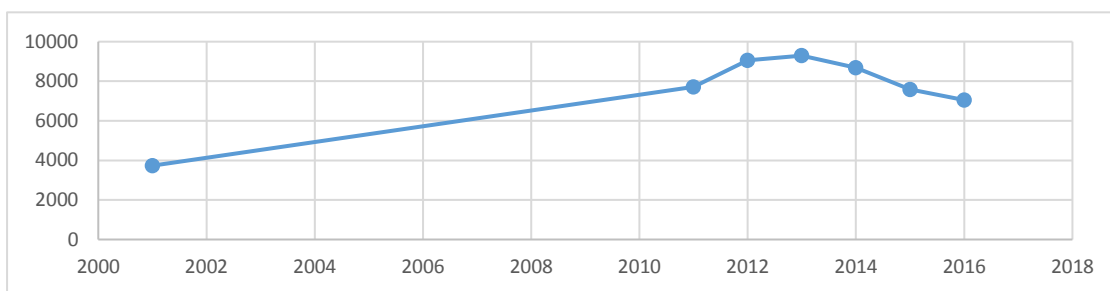
Fonte: INE

A análise dos dados dos Censos de 2011, ao nível das freguesias, revela, como seria de esperar, um aumento da população empregue no setor terciário na maioria das freguesias do município, como se observa na Figura 13, exceção feita à freguesia de Ermesinde que perde, aproximadamente, 600 empregados neste setor.

O município de Valongo tem cerca de 80% da população residente empregada afeta ao setor terciário, 19% ao setor secundário e apenas 1 % da população empregada ao setor primário. A esta terciarização da economia não será alheia a dinâmica de inserção num contexto metropolitano. As freguesias onde esta situação é mais evidente são Ermesinde, Valongo e Alfena, os principais núcleos urbanos, com 84%, 82% e 80% da população empregue no setor terciário, respetivamente.

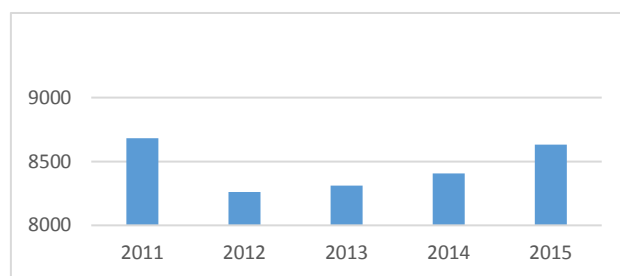
Em U.F. de Campo e Sobrado existe um maior equilíbrio entre o setor secundário (30% da população empregada) e terciário (69%), embora persista a maioria da população empregue no setor terciário.

No que se refere ao desemprego registado no concelho, em 2016 registou-se o valor mais baixo desde 2011, com uma média de 7048 indivíduos inscritos no Centro de Emprego. Na figura seguinte pode verificar-se que entre 2001 e 2013 existiu um crescimento constante do desemprego, começando a inverter a partir de 2013 e até ao momento.

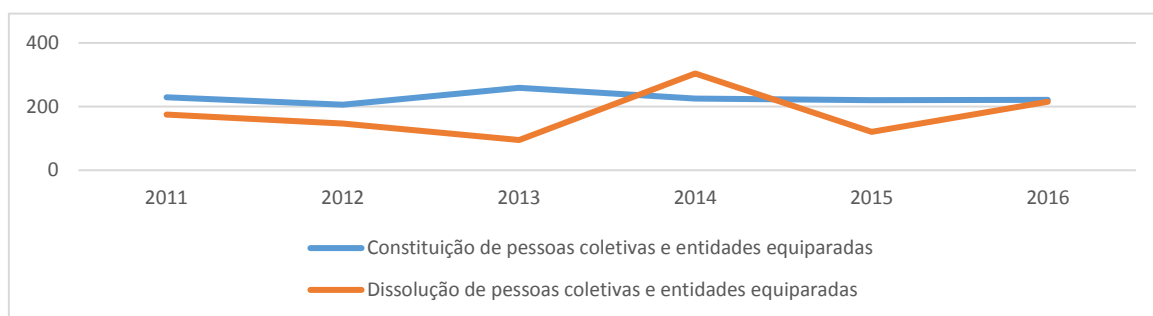
**Figura 14: Número de inscritos no Centro de Emprego (média anual)**

Fonte: INE

Ainda no que respeita aos indicadores de desenvolvimento económico, e depois de um período de quebra associado ao processo de crise económico-financeira nacional, assiste-se desde 2012 a uma evolução positiva e constante no número de empresas no município, como se constata na Figura 15.

**Figura 15: Número de Empresas no município de Valongo**

Fonte: INE

**Figura 16: Evolução do número de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas no município de Valongo**

Fonte: INE

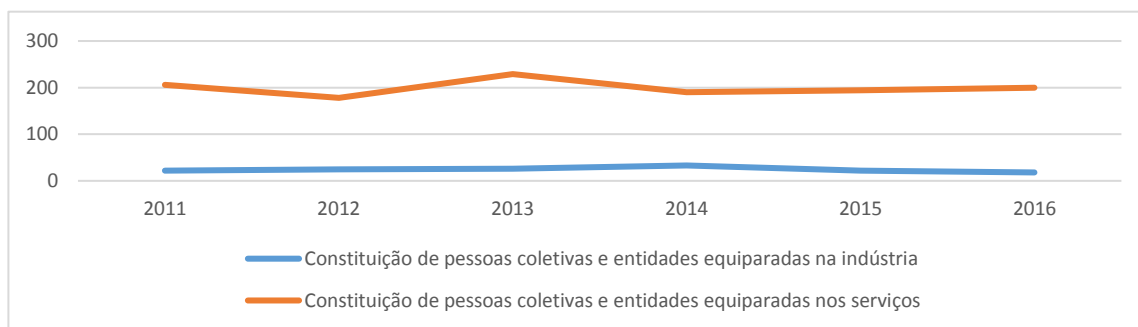
Os indicadores relativos à constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas apresentados na figura 16, contudo, apresentam um aumento, ainda que inconstante, do número de dissoluções, muito embora se registe apenas o ano de 2014 como aquele que o número de dissoluções foi superior ao da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas.

De salientar que a taxa de diminuição do número de dissoluções é em média, desde 2011, de 23% ao ano. Já no que se refere à constituição por ano, entre 2011 e 2016, existe uma diminuição média de 2% ao ano.



A exceção ocorre no ano de 2013, quando existe uma significativa redução do número de dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas e um significativo aumento do número de pessoas coletivas e entidades constituídas; e no ano de 2016, apesar de existir um processo de retoma económica, com um aumento não tão significativo como em 2013 de pessoas coletivas e entidades equiparadas dissolvidas.

**Figura 17: Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas Relacionadas na Indústria e nos Serviços no município de Valongo**



Fonte: INE

Dada a evolução do número de constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, será pertinente perceber qual o setor que mais cresceu na atual conjuntura.

Predomina o aumento do número de pessoas coletivas e entidades equiparadas relacionados com os serviços no município, tendo o seu maior crescimento entre o ano de 2012 para 2013, quando foram constituídas 407 no agregado nestes dois anos.

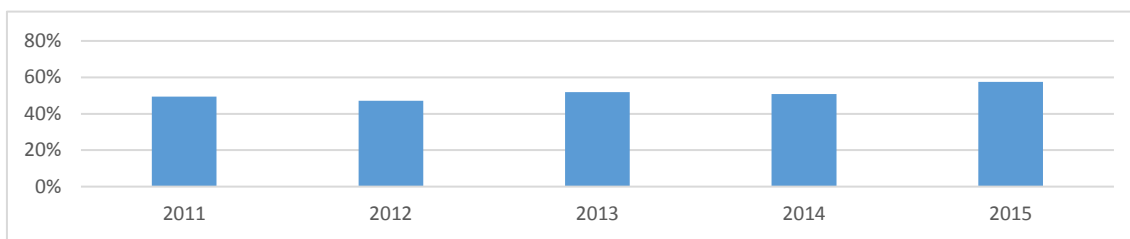
Ao mesmo tempo, a predominância deste setor económico é confirmada pelo número de pessoas coletivas e entidades equiparadas que são constituídas. Evidencia-se que, em média, aproximadamente 88% das constituições são do setor dos serviços. Existe ainda um ligeiro aumento do peso dos serviços nos anos mais recentes, nomeadamente 2015 e 2016, quando os valores voltam aos do ano de 2011, com 90% das constituições constituídas.

Encontra-se também um período de estabilização e crescimento económicos, com um aumento do grau de sobrevivência das empresas durante um período de dois anos no município (Figura 18).

Depreende-se destes indicadores que o dinamismo e o empreendedorismo presentes no município, associados à sua valorização, o tornam num ativo importante num território ultracompetitivo como é o da AMP.

De facto, constata-se que o período de recuperação da dinâmica económica e de sobrevivência das empresas supera já o valor referente a 2011 em cerca de 8%, perfazendo em 2015 aproximadamente 58% e indicando a possibilidade de, no momento atual, manter esta tendência positiva que ocorre desde 2013.

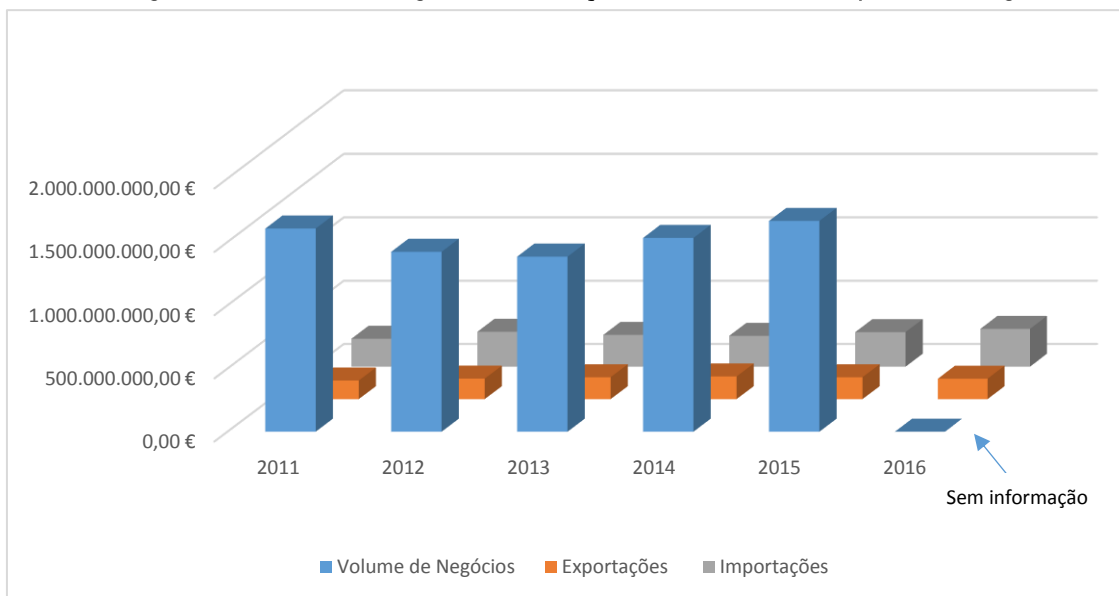
**Figura 18: Grau de Sobrevivência das Empresas Durante um Período de 2 Anos no município (%)**



Fonte: INE

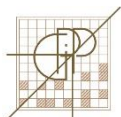
O contexto económico estável do município permite apresentar bons indicadores no que respeita ao volume de negócios muito embora a balança comercial se mantenha negativa (cf. Figura 19). De facto, verifica-se que o valor das importações é superior em 22% ao valor das exportações durante o período em análise, sendo que em 2015 e 2016 existe um aumento do défice da balança comercial, o que alarga a discrepância entre as exportações e as importações em cerca de 4%: em 2015 as exportações representavam 39% da balança comercial e em 2016 apenas 35%. Neste sentido, a produtividade do município apresenta-se negativa e não evidencia o comportamento estável que foi demonstrado pelos anteriores indicadores abordados. Todavia, a questão da balança comercial tende a melhorar, dado que, segundo as Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019 do Banco de Portugal, existirá um crescimento forte das exportações, perfazendo um aumento de produtividade económica que, dependendo da conjuntura, poderá ou não agravar a questão dos valores das importações, pois o crescimento das exportações não é impeditivo do crescimento das importações.

**Figura 19: Volume de Negócios e Balança Comercial do município de Valongo**



Fonte: INE

Ao mesmo tempo, o volume de negócios que o município apresenta uma curva de crescimento a partir de 2014, ultrapassando inclusive os melhores registos do período em análise (2011).



O crescimento de 2014 e 2015, de 10% e 8% respetivamente, evidencia um novo fôlego para a produtividade económica do município. O facto de ter existido um período de diminuição do volume de negócios, com taxas de crescimento de -13% e -3%, durante o período de 2011 e 2013, demonstra a resiliência económica que se verifica a partir de 2014.

No que respeita ao setor primário, a dinâmica económica sintetizada nas tabelas seguintes demonstra, no período de 2011 a 2016, a constituição de 17 pessoas coletivas e equiparadas, com um peso da população empregue no setor muito pouco significativo, com a U.F. de Campo e Sobrado a apresentar a maior percentagem de população empregada (1%), e as restantes freguesias percentagens inferiores.

**Tabela 7: Conjuntura agrícola-pecuária do município de Valongo**

Propriedades agrícolas:

Freguesia	Superfície Agrícola Utilizada (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas com máquinas agrícolas (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Produtores agrícolas singulares com > 65 anos (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)
	1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009	
Alfena	331	209	177	-87%	76	60	55	-38%	110	69	72	-53%	18	21	32	44%
Ermesinde	175	78	69	-154%	29	16	21	-38%	58	20	30	-93%	11	2	8	-38%
Valongo	263	204	92	-186%	65	31	26	-150%	132	52	40	-230%	27	16	23	-17%
U.F. de Campo e Sobrado	552	357	306	-80%	148	133	125	-18%	259	168	172	-51%	38	56	102	63%
Total	1321	848	644	-127%	318	240	227	-61%	559	309	314	-107%	94	95	165	13%

Elementos de Produção Agrícola:

Freguesia	Cultura Permanentes (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Cultura Predominante	Animais (n.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	1ª e 2ª Espécie Dominante
	1989	1999	2009			1989	1999	2009		
Alfena	48	22	24	-100%	Vinha	164948	107655	109359	-51%	Ave/Coelho
Ermesinde	47	24	22	-114%	Vinha	2855	1274	822	-247%	Bovinos/Aves
Valongo	35	14	19	-84%	Vinha	4271	2307	833	-413%	Aves/Bovinos
U.F. de Campo e Sobrado	125	98	69	-81%	Vinha	6616	6682	5098	-30%	Aves/Bovinos
Total	255	158	134	-95%	Vinha	178690	117918	116112	-185%	Aves/Bovinos

Fonte: INE

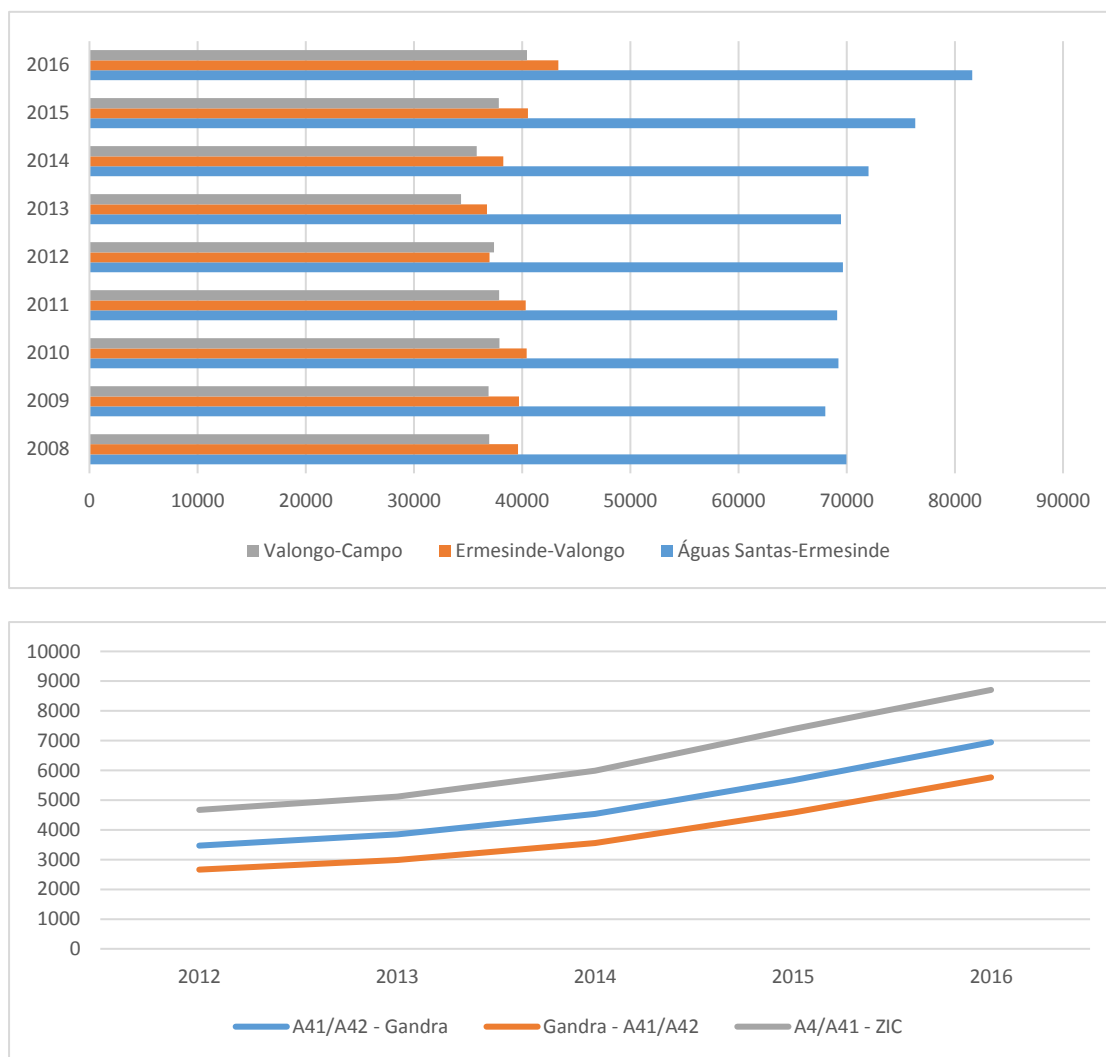
Como pontos-chave da análise à economia de carácter agrícola salientam-se:

- A diminuição dos valores em todos os parâmetros de análise;
- O envelhecimento dos produtores agrícolas, com um aumento na generalidade do número de produtores com mais de 65 anos, exceção feita às freguesias de Ermesinde e Valongo, onde existiu uma diminuição deste número;
- A regressão dos valores da SAU em mais de metade em relação a 1989;
- A diminuição das explorações agrícolas com mecanização, permitindo inferir que a população em idade ativa estará direcionada para outros segmentos de atividade económica que não a agrícola;
- A redução da vinha e dos efetivos animais para cerca de metade do que existia no ano de 1989.

## - Mobilidade e Acessibilidade

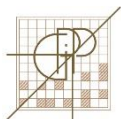
Em termos de mobilidade e acessibilidade, Valongo integra-se num contexto de grande dinâmica, atendendo ao facto de existirem infraestruturas rodoviárias com uma escala nacional e internacional, complementada por uma rede de estradas de apoio ao município e sua envolvente (consultar Figura 20).

**Figura 20: Tráfego Médio Diário Anual por Sublanços da A4 (em cima) e da A41 (em baixo) que interseam o município de Valongo**



Fonte: IMT

Os indicadores apresentados demonstram a existência de um tráfego de atravessamento e de saída para as áreas residenciais do município, fenómeno mais que evidente no sublanço da A4 entre Águas Santas/Ermesinde. Esta via comunicação estratégica na ligação com o restante território da AMP providencia uma relação direta com Matosinhos e Maia, e indireta, por intermédio do nó da A3, com o Porto e restantes municípios a Sul, como Vila Nova de Gaia.



Os trajetos proporcionados pela rede complementar às autoestradas, neste caso estradas nacionais, servem o município num contexto regional. As Nacionais 15 e 105 estabelecem a ligação entre Porto - Bragança e Porto - Guimarães, respetivamente.

Face à rede e quantidade de infraestrutura rodoviária presente, a população que reside neste município utiliza predominantemente os modos de mobilidade que esta permite, nomeadamente o autocarro, o automóvel e os motociclos ou bicicletas. Segundo o INE (2001), cerca de 92% da população efetua os movimentos pendulares por esta infraestrutura. Ao mesmo tempo, o Plano de Ação de Mobilidade Sustentável da AMP (2016) identifica Valongo como o segundo município onde os habitantes demoram mais tempo a efetuar as suas deslocações casa-trabalho, com cerca de 16% da população a gastar entre 31-60 minutos.

No contexto metropolitano, a tendência na escolha de utilização dos modos de transporte evidencia que os municípios que se localizam próximo ao município do Porto são os que usam mais o automóvel, com uma média de 48% (municípios de Valongo, Gondomar e Maia), sendo os municípios que mais distam do Porto, como é o caso de Paços de Ferreira e Paredes, os que usam outros modos sem ser o automóvel, como o motociclo/ bicicleta e o comboio, respetivamente (dados do INE, 2001).

Relativamente à rede de transportes coletivos, existem diversos operadores, nomeadamente a STCP (consultar Tabela 8).

**Tabela 8: Linhas de Transporte Público do município de Valongo**

Linha	Origem	Destino	Tipo	Freguesias de Valongo	Outros Concelhos
701	Bolhão	Codiceira	Diurna	Ermesinde e Alfena	Porto, Maia e Gondomar
702	Bolhão	Travagem	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
703	Cordoaria	Sonhos	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
704	Boavista	Codiceira	Diurna	Ermesinde e Alfena	Porto, Maia e Gondomar
705	Hospital S. João	Valongo	Diurna	Ermesinde e Valongo	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
706	Hospital S. João	Ermesinde (Estação)	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
707	Hospital S. João	Ermesinde (Estação)	Diurna	Ermesinde	Porto, Maia, Matosinhos e Gondomar
5M	Aliados	Travagem	Noturna	Ermesinde	Porto, Maia e Gondomar
6M	Aliados	Codiceira	Noturna	Ermesinde e Alfena	Porto e Maia
7M	Aliados	Valongo	Noturna	Valongo e Campo	Porto e Gondomar
61	Matosinhos	Valongo	Outros Operadores	Ermesinde e Valongo	Matosinhos, Maia e Gondomar
64	Valongo	Ribeiro (Alfena)	Outros Operadores	Valongo e Alfena	
70	Bolhão	Ermesinde	Outros Operadores	Ermesinde	Porto e Gondomar
94	Bolhão	Campo	Outros Operadores	Valongo e Campo	Porto e Gondomar

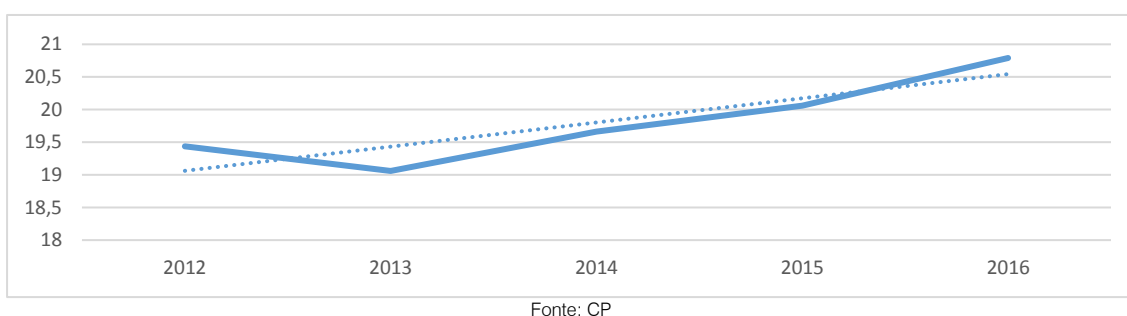
Fonte: PDM

A rede de transportes coletivos é composta por onze linhas de autocarro diurnas que operam de segunda-feira a domingo e três linhas adicionais que operam em período noturno

também de segunda a domingo e por duas linhas ferroviárias que permitem a conexão ao principal aglomerado urbano da envolvente, o Porto, mas também ao *hinterland* regional, nomeadamente com Braga, Guimarães e a região do Tâmega e Sousa.

No município é possível encontrar o entrosamento entre a Linha do Minho, Linha do Douro e a Linha de Suburbanos do Porto, constituindo um importante entreposto ferroviário na dinâmica regional e metropolitana, que tem um dos maiores fluxos de passageiros da rede CP.

**Figura 21: Evolução no número de passageiros da Linha Suburbana do Porto (milhões de passageiros)**



É de referir que o município de Valongo se encontra em 2º lugar na percentagem de população que usa este modo de transporte, cerca de 6.4%, estando só atrás de Espinho, onde cerca de 7.4% da população utiliza o comboio nas suas deslocações casa-trabalho.

Neste contexto, verifica-se que, segundo dados do INE de 2001, cerca de 29% da população valonguense utiliza os transportes públicos.

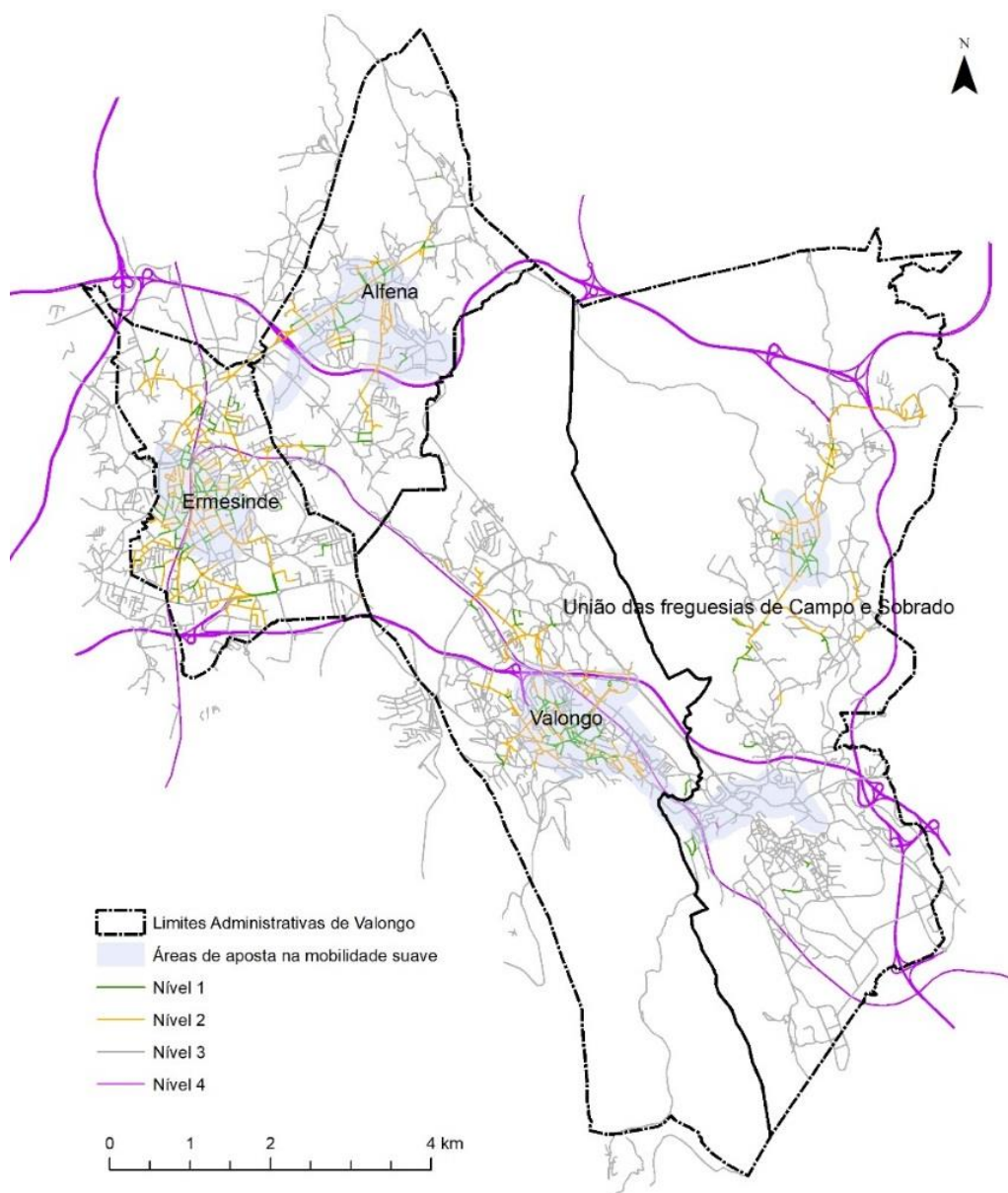
Ainda no que se refere à mobilidade, há que analisar a valorização dos modos ambientalmente sustentáveis, nomeadamente pedonal e ciclável, cuja valorização passa por dois tipos de política: a pedonalização das ruas e o incentivo à utilização de bicicletas (ciclovias).

Neste sentido, o município de Valongo desenvolveu uma estrutura hierárquica para as vias rodoviárias, tendo como intenção categorizar por níveis a estrutura pedonal, como se pode ver na tabela e imagem seguintes.

**Tabela 9: Classificação de vias para a mobilidade suave no município**

Nível	Características
1	Vias de grandes fluxos de circulação pedonal ou onde é necessária a proteção do peão. Deverá ser assegurada uma dimensão de passeios apropriada para os fluxos existentes e a velocidade de circulação dos automóveis deverá ser condicionada.
2	Via com fluxos médios de circulação pedonal ou que estabelecem a ligação a duas zonas de grandes fluxos pedonais. Deverão ser asseguradas as condições mínimas de conforto para a circulação pedonal.
3	Vias com fluxos reduzidos de peões. Em funções das características da envolvente e da velocidade de circulação deverá ser definida a necessidade e a dimensão dos passeios.
4	Vias onde a circulação de peões está interdita.

Fonte: PDM

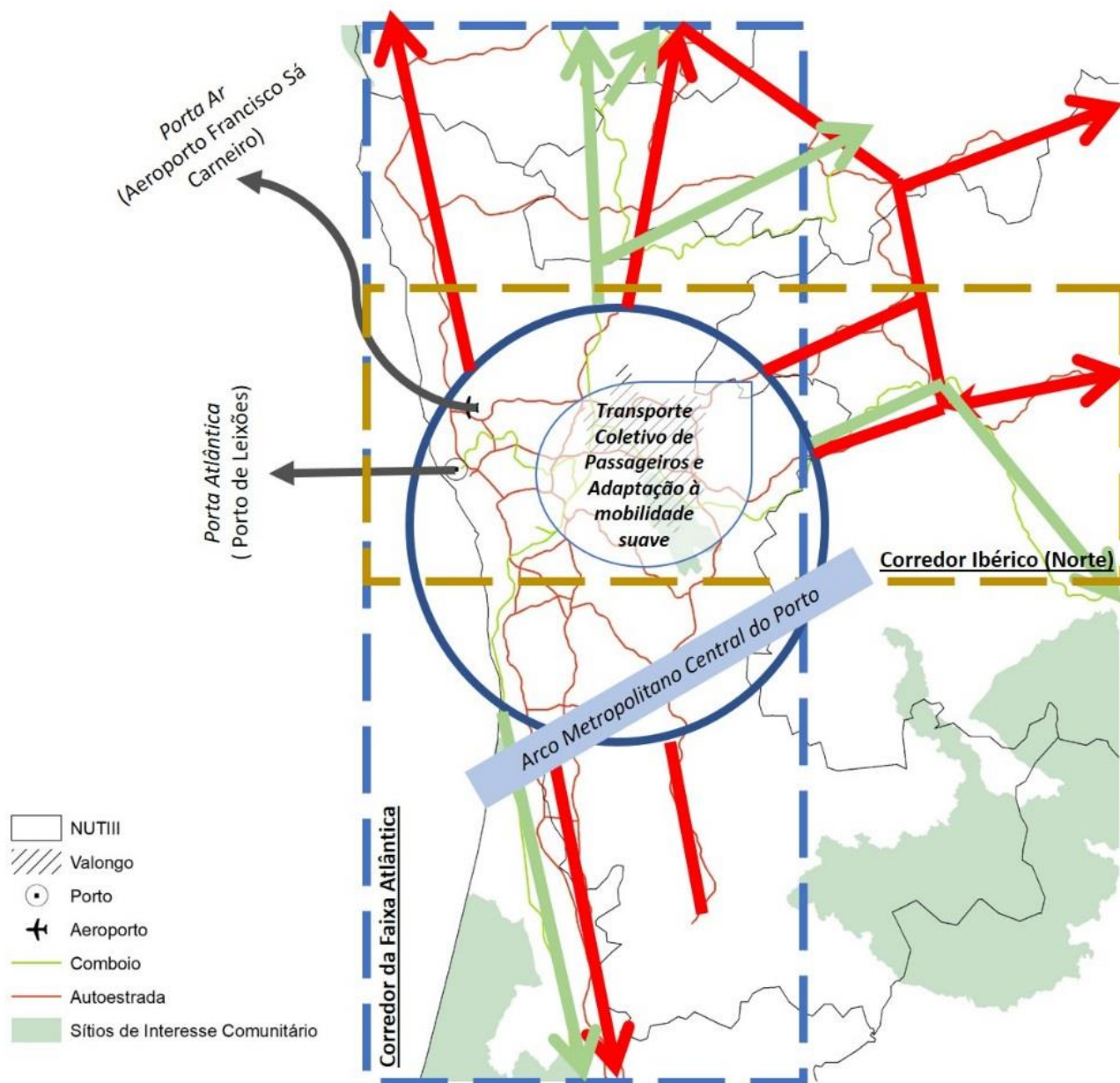
**Figura 22: Mobilidade Suave no município**


Fonte: PDM

Por último, e associando à temática da mobilidade e acessibilidade a questão da logística, é de referir que Valongo detém uma das mais importantes unidades de transporte/ logística de carácter internacional no contexto metropolitano, o terminal multimodal rodoferroviário de Campo (o chamado “Porto Seco”). A par do aeroporto Francisco Sá Carneiro e do Porto de Leixões, esta grande infraestrutura logística serve não só uma das regiões mais exportadoras do país como das mais populosas e, consequentemente, mais consumidoras.



Figura 23: Valongo e o seu enquadramento de mobilidade

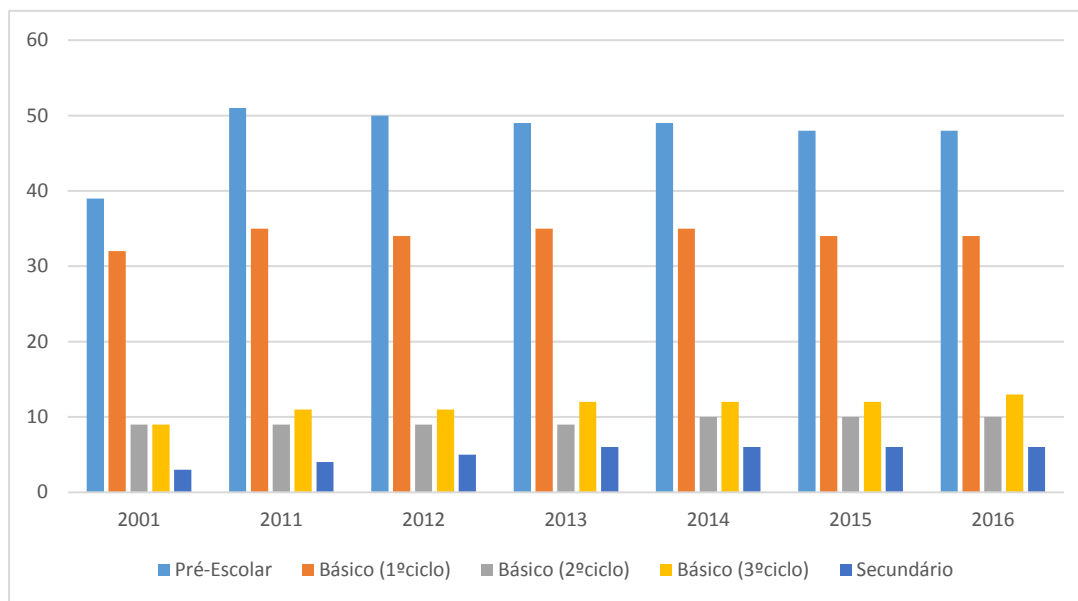




- Equipamentos e Serviços Básicos<sup>3</sup>

### Educação

Figura 24: Número de Estabelecimento de Ensino (Privado e Público) no município



Fonte: INE

A evolução dos equipamentos de educação, no município de Valongo, sofreu um aumento significativo de 2001 para 2011, derivado ao aumento não só da população, mas também associado às expectativas de qualificação da mesma. Contudo, a aparente estabilização demográfica associada ao período pós-censitário repercute-se na evolução estagnada do número de equipamentos educativos.

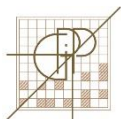
### Sociais

Os equipamentos sociais que estão presentes no município têm uma importante relevância na sua conjuntura. O aumento das necessidades da população, aliado com o aumento da população mais idosa, identifica-se a necessidade destes serviços serem fundamentais na colmatação das carências sociais no apoio à 3ª idade no município – consultar Tabela 10.

Tabela 10: Equipamentos de Ação Social no município

Tipologia	2004	2010	2015
Creche	18	19	18
Pré-Escolar	48	0	0
Centro de ATL	18	12	13
Lar de Infância e Juventude	2	2	2
Centro de Acolhimento Temporário	1	1	1
Centro de Atividades Ocupacionais	0	1	1
Centro de Dia	6	6	6
Centro de Convívio	0	1	0
Lar de Idosos	3	4	7

<sup>33</sup> A caracterização das diferentes tipologias de equipamentos apresentada, reflete a informação disponibilizada à data da elaboração do REOT.



Tipologia	2004	2010	2015
<i>Lar Residencial</i>	0	1	1
<i>Serviço Apoio Domiciliário</i>	6	6	9
<i>Centro Comunitário</i>	2	1	2
<i>Centro de apoio à vida</i>	0	1	1
<i>Comunidade de Inserção</i>	0	1	1
<i>Agência para a Vida Local</i>	0	1	1

Fonte: CMV

Na tabela supra é possível encontrar uma realidade que é concordante com a atual situação demográfica. Isto porque, existe uma progressiva regressão do número de equipamentos destinados à população mais jovem, e por ela subentendem-se, uma regressão dos 18 Centros de ATL, em 2004, para os 13, em 2015. Em simultâneo, a reformulação da rede escolar da qual o município foi alvo, motivada pelas alterações conjunturais, não só em termos da governação do setor da educação em Portugal permite explicar o ponto de situação da temática dos equipamentos de ação social destinada aos mais jovens.

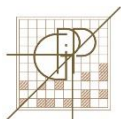
No que se refere à população mais idosa, existe um progressivo aumento de equipamentos destinados a este segmento da população, onde os 3 lares de idosos existentes, em 2004, correspondem a 7 lares, em 2015. Por último, mas não menos importante para a dinâmica do envelhecimento, é possível encontrar o aumento dos Serviços de Apoio Domiciliário, entre 2004 e 2015, dos 6 para os 9, respetivamente.

É importante referir nesta análise dos equipamentos que, devido à ausência de informação nos anos de 2004 e 2015, é possível encontrar em 2010, maior concentração dos equipamentos sociais na freguesia de Valongo (21) e de Ermesinde (17), sendo de salientar o facto de que os equipamentos associados ao envelhecimento localizarem-se predominantemente em Alfena (6), Ermesinde (7) e Valongo (6), abarcando no total, cerca de 40% dos equipamentos do município. Ao invés, os equipamentos destinados para o grupo etário mais jovens encontram-se sediados na sua maioria em Ermesinde (14 de 33). Contudo, atendendo à conjuntura demográfica existente é expectável que aumentem os equipamentos de índole social para a população mais idosa.

### Saúde

O município de Valongo agrega no seu território dois hospitais gerais, um em Valongo (público) e outro em Ermesinde (público-privado); três centros de saúde sem internamento: um em Ermesinde e dois em Valongo, sendo estes três, da responsabilidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III – Maia/Valongo, da Administração Regional de Saúde do Norte. A complementar a rede existem 5 unidades de saúde familiar, em Santa Justa (Valongo), Ermesinde, Valongo, Bela Saúde (Ermesinde), Alfena e Campo, esta última como Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados.

De referir também, a existência de farmácias de 18 farmácias, no ano de 2016, sendo que, em 2001, só existiam 14, segundo o INE.



Como alternativa ao setor público, existem 2 instituições privadas de saúde (clínicas de cuidados médicos especializados e laboratórios de análise clínicas), localizando-se, predominantemente em Alfena no Hospital Trofa Saúde.



- **Edificado e Habitação**

O município é caracterizado por uma morfologia urbana associada ao processo de expansão urbana de carácter metropolitano, inerente à sua proximidade com a AMP e à existência de infraestruturas de transporte de grande escala, como o comboio e as autoestradas. Tal situação define um município constituído por três grandes conjuntos densamente construídos, designadamente Ermesinde (o maior), Valongo, Alfena e dois de menor dimensão, Campo e Sobrado.

Segundo o INE, o número de edifícios e de alojamentos apresenta um crescimento positivo na maioria das freguesias do município; apenas Ermesinde apresenta uma regressão do número de edifícios de 2%. Nos alojamentos a realidade já é diferente visto que o crescimento médio por freguesia é de 18%, sendo de sublinhar o forte crescimento que Valongo apresenta durante esse período.

**Tabela 11: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011**

Freguesia	Edifícios		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos		Taxa de Crescimento (%)
	2001	2011		2001	2011	
Alfena	3 309	3 641	9%	5 238	6 226	16%
Ermesinde	6 589	6 448	-2%	15 307	17 413	12%
Valongo	3 534	4 169	15%	7 821	10 791	28%
U.F. de Campo e Sobrado	3 814	4 217	10%	5 104	6 015	15%

Fonte: INE

As condições<sup>4</sup> do edificado e dos alojamentos têm evoluído de forma positiva em todas as freguesias, sendo de referenciar a melhoria nas freguesias de Valongo e da U.F. de Campo e Sobrado, confirmada pela tabela seguinte.

**Tabela 12: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011**

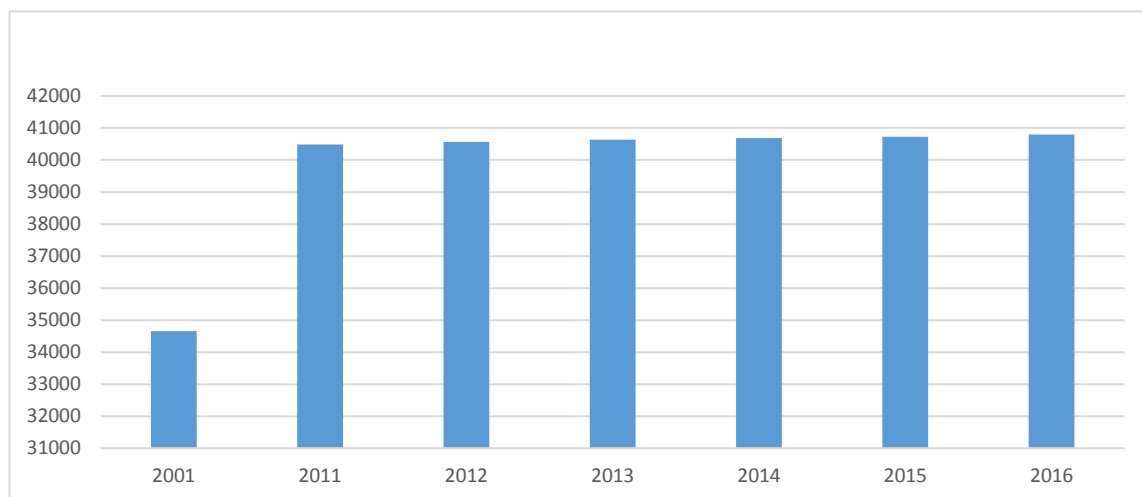
Freguesias	Alojamentos Familiares Clássicos		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos Familiares Clássicos (com condições)		Alojamentos com condições	
	2001	2011		2001	2011		
Alfena	5219	6216	16%	4337	5290	83%	85%
Ermesinde	15214	17383	12%	12870	14699	85%	85%
Valongo	7785	10778	28%	6047	8620	78%	80%
U.F. de Campo e Sobrado	5340	6006	11%	4472	5163	84%	86%

Fonte: INE

No período pós-censitário, segundo o INE, o número de alojamentos clássicos familiares existentes é de aproximadamente 40 793, crescendo apenas 1% face a 2011. Mantêm-se a maior percentagem de alojamentos nas freguesias de Valongo e Ermesinde, muito embora se tenha assistido a um crescimento em Alfena.

<sup>4</sup> Subentende-se por condições a existência de eletricidade, água, retrete, banho, duche e aquecimento nos alojamentos.

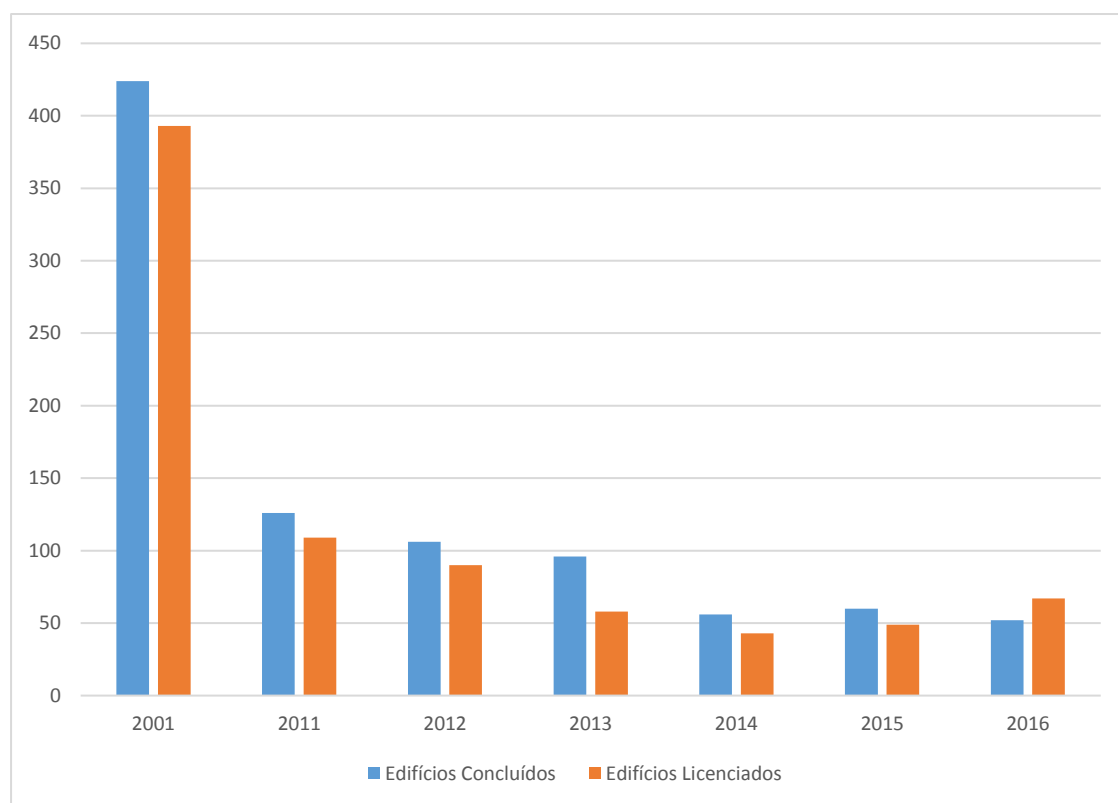
**Figura 25: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no município de Valongo**



Fonte: INE

O crescimento residual do número de fogos pós 2011 (cerca de 310 novos alojamentos em 5 anos) está em linha com o contexto regional e nacional, onde se verificou um abrandamento da construção nova; de facto, entre 2011 e 2016 existiu uma diminuição de cerca de 60 no número de edifícios concluídos. Salvaguarde-se no entanto o aumento do número de edifícios licenciados entre 2014 e 2016 de cerca de 36%, o que poderá representar um ponto de viragem na relativa estagnação ao nível da oferta de habitação.

**Figura 26: Evolução do número de edifícios licenciados e concluídos no município de Valongo**



Fonte: INE

**Tabela 13: Número de edifícios conforme as novas construções e ampliações, alterações ou reconstruções no município de Valongo**

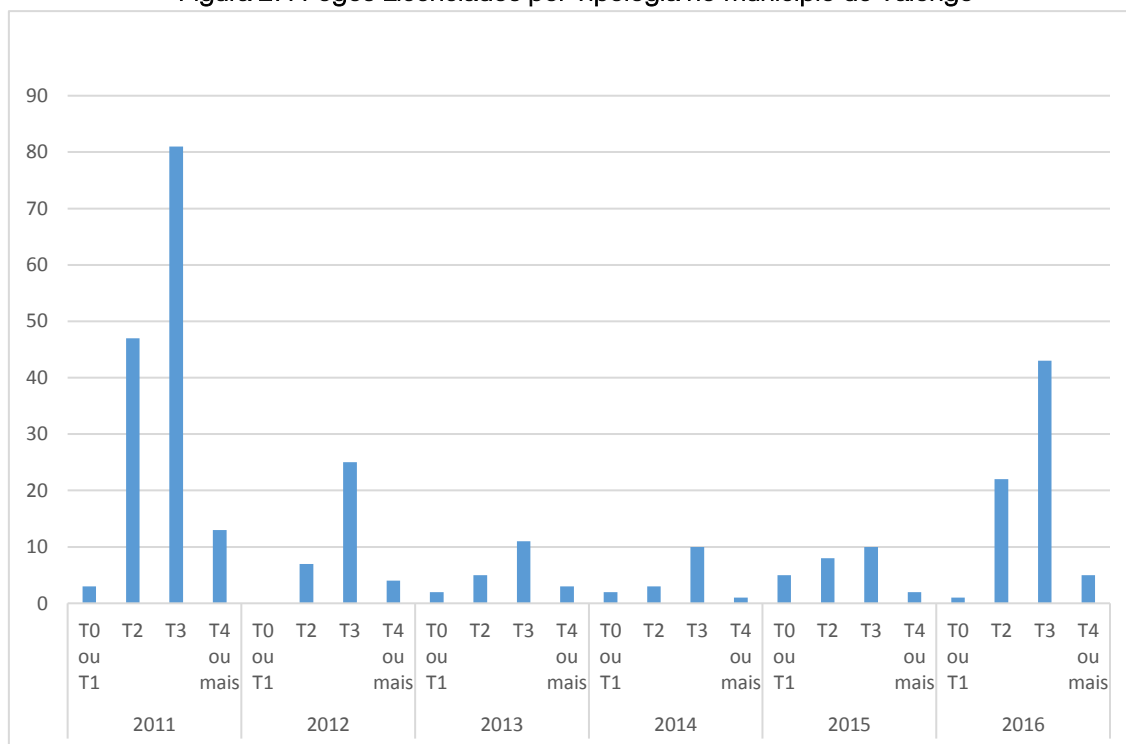
Edifícios Concluídos	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções	
2011	126	111	15	
2012	106	70	36	
2013	96	65	31	
2014	56	34	22	
2015	60	39	21	
2016	52	35	17	
Edifícios Licenciados	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções	Demolição
2001	393	338	51	4
2011	109	87	20	2
2012	90	48	41	1
2013	58	34	23	1
2014	43	22	20	1
2015	49	36	12	1
2016	67	50	14	3

Fonte: INE

Nos quadros acima apresentados pode interpretar-se uma dinâmica imobiliária ténue, onde o fenómeno da reabilitação não tem ainda representatividade, uma vez que cerca de 76% do total dos edifícios licenciados respeitam a nova construção.

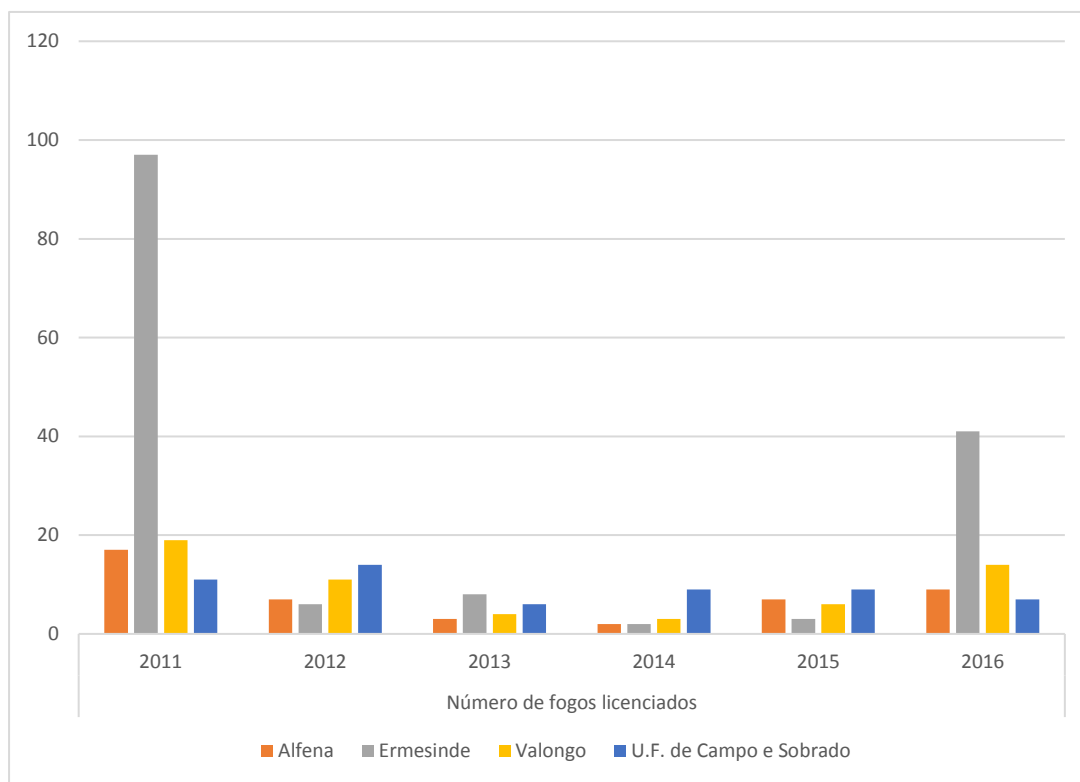
Por sua vez, a dinâmica do mercado imobiliário encontra-se associada à valorização do parque edificado proporcionado pela recente alteração legislativa, bem como à aposta na reabilitação dos centros urbanos, na construção de tipologias familiares (cf. Figura 27) e na valorização do fator centralidade do imóvel, tendo em conta serviços, equipamentos, transportes públicos e espaços de utilização coletiva.

**Figura 27: Fogos Licenciados por Tipologia no município de Valongo**



Fonte: INE

**Figura 28: Evolução do Número de Licenciamentos por Freguesia no município de Valongo**



Fonte: INE

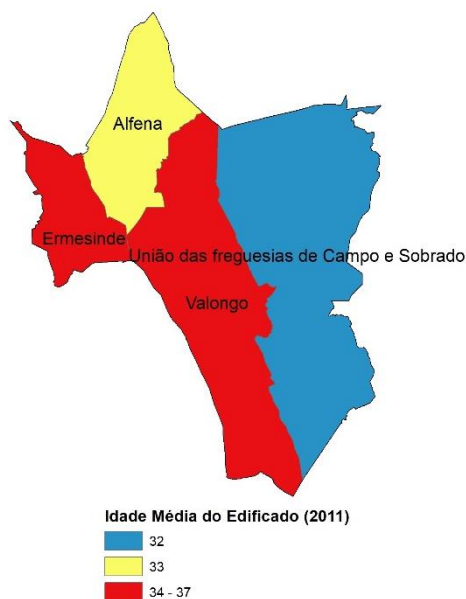
Atendendo ao número de fogos licenciados existe um crescimento bastante significativo em Ermesinde, mas é de referir que, em 2012, 2013, 2014 e 2015, as freguesias ditas rurais do município, nomeadamente U.F. de Campo e Sobrado e de Alfena foram as que apresentaram um maior crescimento, o que se poderá dever à eventual existência de terrenos mais acessíveis para a construção nestas freguesias e, sobretudo, a uma forte diminuição da oferta nas restantes freguesias, em linha com o contexto regional e nacional de diminuição da procura de nova habitação.

A partir de 2016 verifica-se uma nova dinâmica do mercado imobiliário, influenciada pela conjuntura metropolitana com uma forte valorização do custo do m2 no núcleo central da AMP, o que levou a uma maior procura nos municípios vizinhos, como Valongo.

Relativamente à idade do edificado, a Figura 29 permite identificar as freguesias com os valores mais elevados em termos de idade média do edificado, que são Ermesinde e Valongo, esta última com um parque edificado associado ao núcleo primitivo aí existente, bem como a extensão da urbanização ao longo do Vallis Longus.

De referir que a idade média do município é de 34 anos, no ano de 2011.

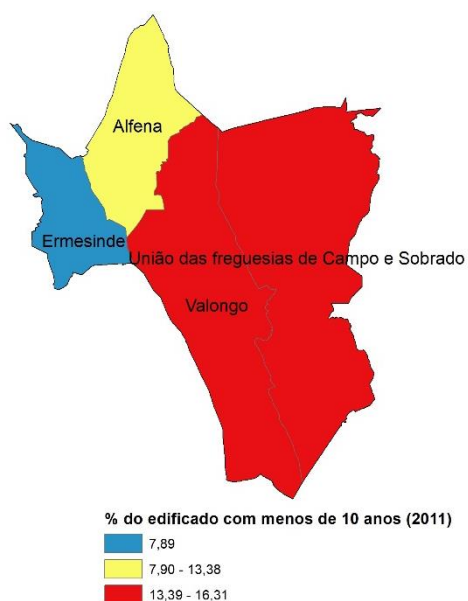
Figura 29: Idade Média do Edificado no município de Valongo



Segundo o INE, o período de construção mais intenso ocorreu durante o período de 1971-1980 e 1981-1990, demonstrando que os edifícios com idades próximas dos 34 anos são coincidentes com este período de maior crescimento da construção de edificado.

De salientar ainda que mais de metade do edificado tinha 22-29 anos à data de 2011, tendo nos dias de hoje aproximadamente 30-34 anos.

Figura 30: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011



Fonte: INE



No que respeita às necessidades de reparação do edificado, o facto do parque edificado ter bastantes áreas de expansão recente faz com que as maiores percentagens de edificado com necessidade de reparação se localizem na freguesia de carácter mais rural, o que pode também ser explicado pelo abandono do edificado com matriz mais agrícola e pela dinâmica de aproximação ao núcleo mais central da metrópole.

**Figura 31: Edificado a necessitar de reparação no município**



Fonte: INE

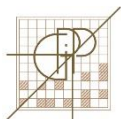
Ao nível da habitação social, Valongo contém na atualidade 1141 fogos, distribuídos por 157 edifícios.

**Tabela 14: Conjuntura da Habitação Social no município**

Indicador		2012	2015	Taxa de Crescimento (%)
Despesa com o parque habitacional social		0,00 €	210.300,00 €	100%
Fogos de Habitação Social	Fogos	697	1141	39%
	Fogos Vagos	16	25	36%
	Fogos Atribuídos	17	30	43%
	Fogos Arrendados	681	1116	39%
	Fogos com certificação energética	0	1119	100%
Edifícios de Habitação Social		48	157	69%
Renda e Valor	Valor médio das rendas de habitação Social	55,00 €	57,00 €	4%
	Arrendamento apoiado	0	30	100%
	Renda apoiada	681	1051	35%
	Renda social	0	35	100%

Fonte: INE

Na atualidade, o município encontra-se num processo de expansão da oferta de habitação social. Segundo o INE, entre o ano de 2012 e 2015, todos os indicadores apresentados neste domínio de análise estão a aumentar. O indicador que menos cresceu foi o valor médio das rendas, dos 55€ em 2012 e os 57€ em 2015.



- **Ambiente**

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) enquadra como componente de política pública a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão adequada do ambiente de forma a proporcionar aos habitantes bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida (cf. Art.º 2.º).

Nos pontos seguintes faz-se um enquadramento de diversos indicadores ambientais com vista a perceber a evolução deste tema no período de vigência do Plano.

Clima<sup>5</sup>:

- Classificação Climática de Koppen para a área envolvente ao município de Valongo: Csb (IPMA, 2017), clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e pouco quente;
- Temperatura Média: 12.63°C (PC, 2017);
- Precipitação Média Acumulada: 1895.7 mm (PC, 2017);
- Amplitude Média: 8.4°C (PC, 2017);
- Risco de Incêndio: Extremo: 3.8 dias/ Elevado: 19.4 dias/ Moderado: 40 dias/ Baixo: 302.8 dias (PC, 2017).

Água

Elemento básico para a sobrevivência humana, mas também para a possibilidade de desenvolver atividades num território. A água apresenta uma conjuntura positiva no município.

Analisando, indicadores como a taxa de cobertura de abastecimento e de drenagem de águas residuais, eles apresentam uma taxa de 99%, segundo a CMV. Inclusive, o tratamento de águas residuais cobre a totalidade do município, com um serviço assegurado por duas ETAR, nomeadamente Campo e Ermesinde, com capacidade de tratamento para 122 000 habitantes.

No que se refere à servidão dos alojamentos com água da rede pública existe uma diminuição média de 2%/ano. Sendo, a freguesia de Ermesinde, a que perdeu mais alojamentos sem rede de água pública, facto também interpretado pela diminuição do número de alojamentos nesta freguesia – consultar capítulo do Edificado e Habitação.

**Tabela 15: Alojamentos com água da rede pública**

Zona geográfica	2015 (ano 0)	2016	2017	Taxa de Crescimento (2015/2017)
Freguesia de Alfena	5401	5515	5283	-2%
U.F. de Campo e Sobrado	4459	5093	4465	0%
Freguesia de Ermesinde	16973	16572	16424	-3%
Freguesia de Valongo	10288	10000	10054	-2%
Total (Município)	37121	37180	36226	-2%

Fonte: BeWater

<sup>5</sup> Valor Referente à NUT III da Área Metropolitana do Porto.

Ao nível dos alojamentos ligados aos sistemas de drenagem de águas residuais é possível encontrar uma realidade em crescendo, em média 2%/ano. Refletindo o cuidado, cada vez maior, com a qualidade da água depois do consumo – consultar tabela seguinte.

**Tabela 16: Alojamentos ligados aos sistemas de drenagem de águas residuais**

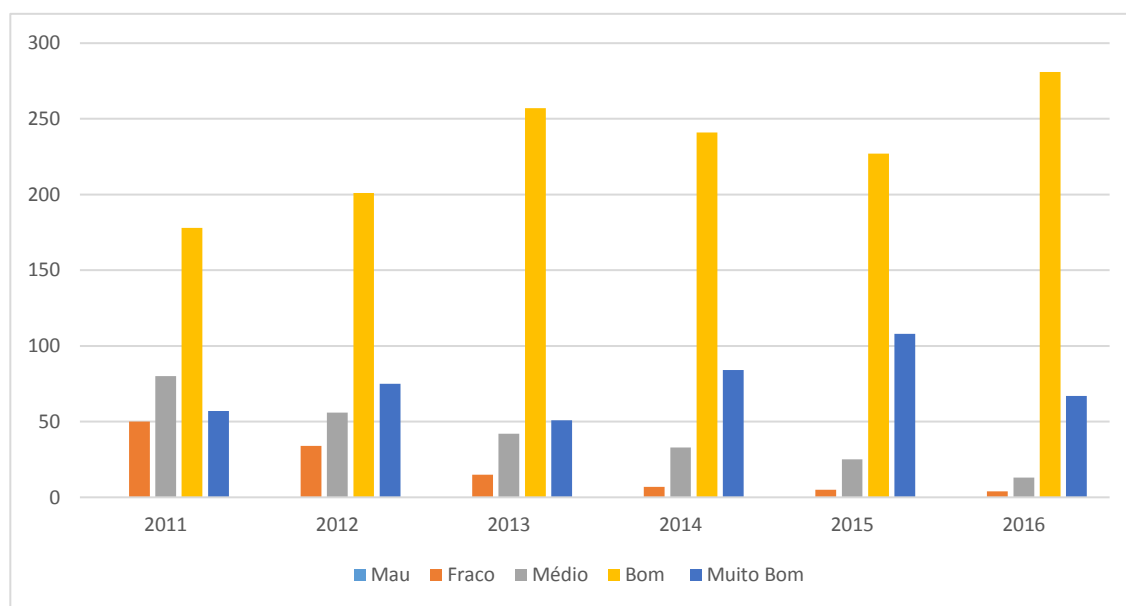
Zona geográfica	2015 (ano 0)	2016	2017	Taxa de Crescimento (2015/2017)
Freguesia de Alfena	5404	5450	5493	2%
U.F. de Campo e Sobrado	4856	4912	4968	2%
Freguesia de Ermesinde	16371	16546	16603	1%
Freguesia de Valongo	9784	9906	9996	2%
Total (Município)	36415	36814	37060	2%

Fonte: BeWater

### Qualidade do Ar

O carácter urbano do município faz com que a poluição causada pela pressão urbana seja maior do que em áreas marcadamente rurais. No entanto, não existem valores específicos para o município, pelo que são apresentados os valores para o território de referência. De sublinhar a diminuição de dias médios, dos 80, em 2011, para os 13 de 2016, em detrimento do aumento do número de dias bons, tal como se constata na figura.

**Figura 32: Qualidade do ar no Porto Litoral (Estação Ermesinde-Valongo)**



Fonte: APA

### Resíduos

As características urbanas do município são também evidenciadas pelo consumo energético e de produção de resíduos, também é possível verificar nas figuras seguintes:

Figura 33: Consumo de eletricidade (kWh) no município de Valongo

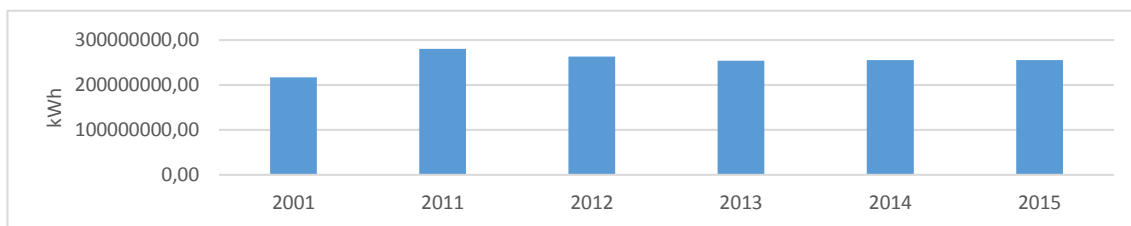
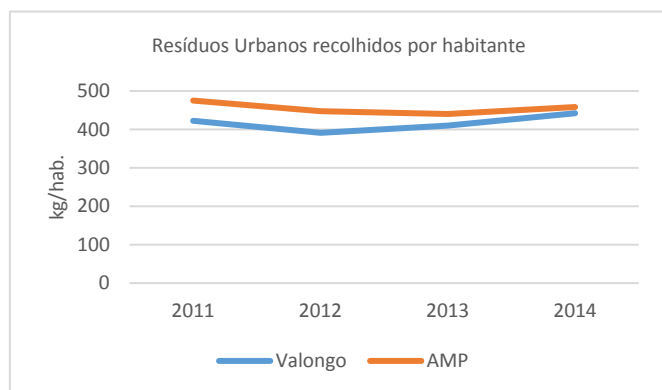
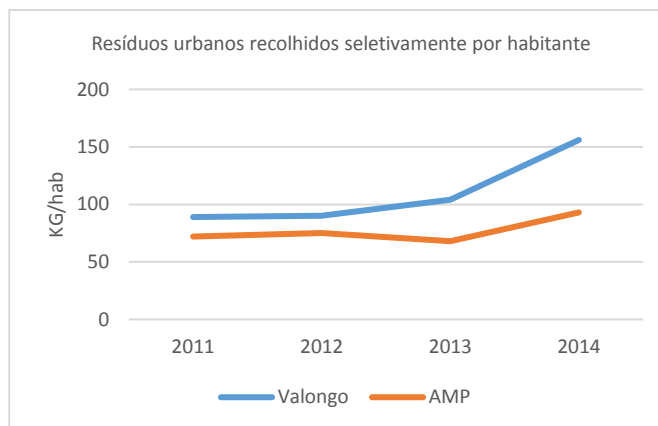
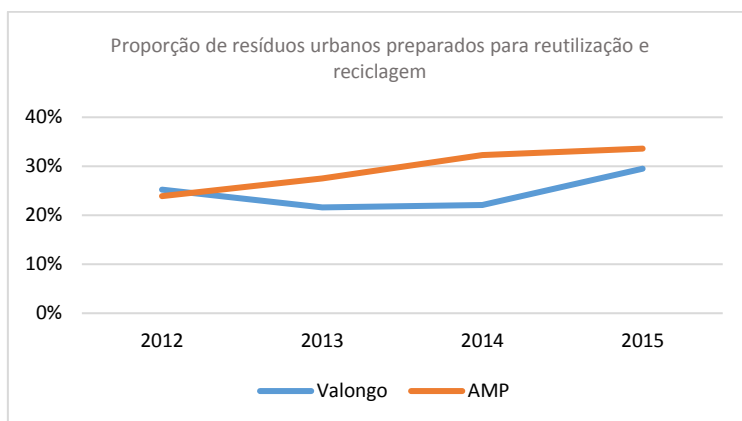


Figura 34: Produção de resíduos (kg/hab) no município e a AMP



Fonte: INE

Existe uma estabilização ao nível do consumo, possivelmente associada ao facto do período em análise (2011 e 2015) corresponder a um período de crise económica, mas também ao

facto de existir uma tendência de estabilização da população. Contudo, é também expectável que a difusão das boas práticas ambientais permita uma maior racionalização do consumo energético.

Relativamente à produção de resíduos mantém-se a tendência de aumento, decorrente da alteração de hábitos de consumo. Contudo, a recolha seletiva dos resíduos é uma realidade bem-sucedida, e os valores de recolha de resíduos encontram-se na média do contexto regional.

### Ruído

As fontes geradoras de ruído no município têm origem no espaço urbano, nas zonas industriais e nos eixos viários. O zonamento acústico estabelecido no PDM teve em conta os limites definidos pelo Regulamento Geral do Ruído.

### O Ambiente enquanto componente do ordenamento

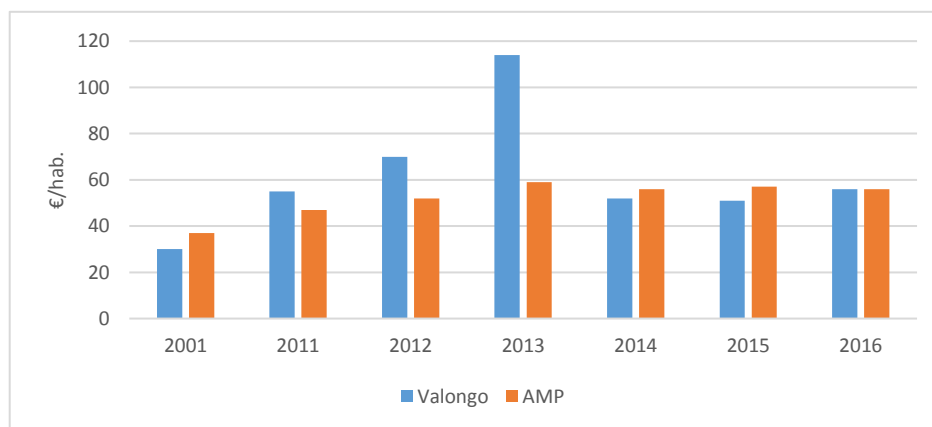
Na tabela seguinte apresentam-se os instrumentos de política ambiental com incidência no município, muitos dos quais estão integrados no PDM como forma de operacionalização das suas propostas.

**Tabela 17: Instrumentos de política ambiental no município**

<b>Plano Diretor Municipal</b>
RAN
REN
PROF-Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga
Espécies Arbóreas Protegidas
Rede Natura 2000
PGRH Cávado, Ave e Leça e Douro
Serras do Porto

Fonte: PDMV

**Figura 35: Despesas em ambiente do município e da AMP por habitante**



Fonte: INE

O investimento municipal no ambiente tem vindo a aumentar desde 2015, após uma forte redução em 2014, e encontra-se agora em linha com a média da AMP.

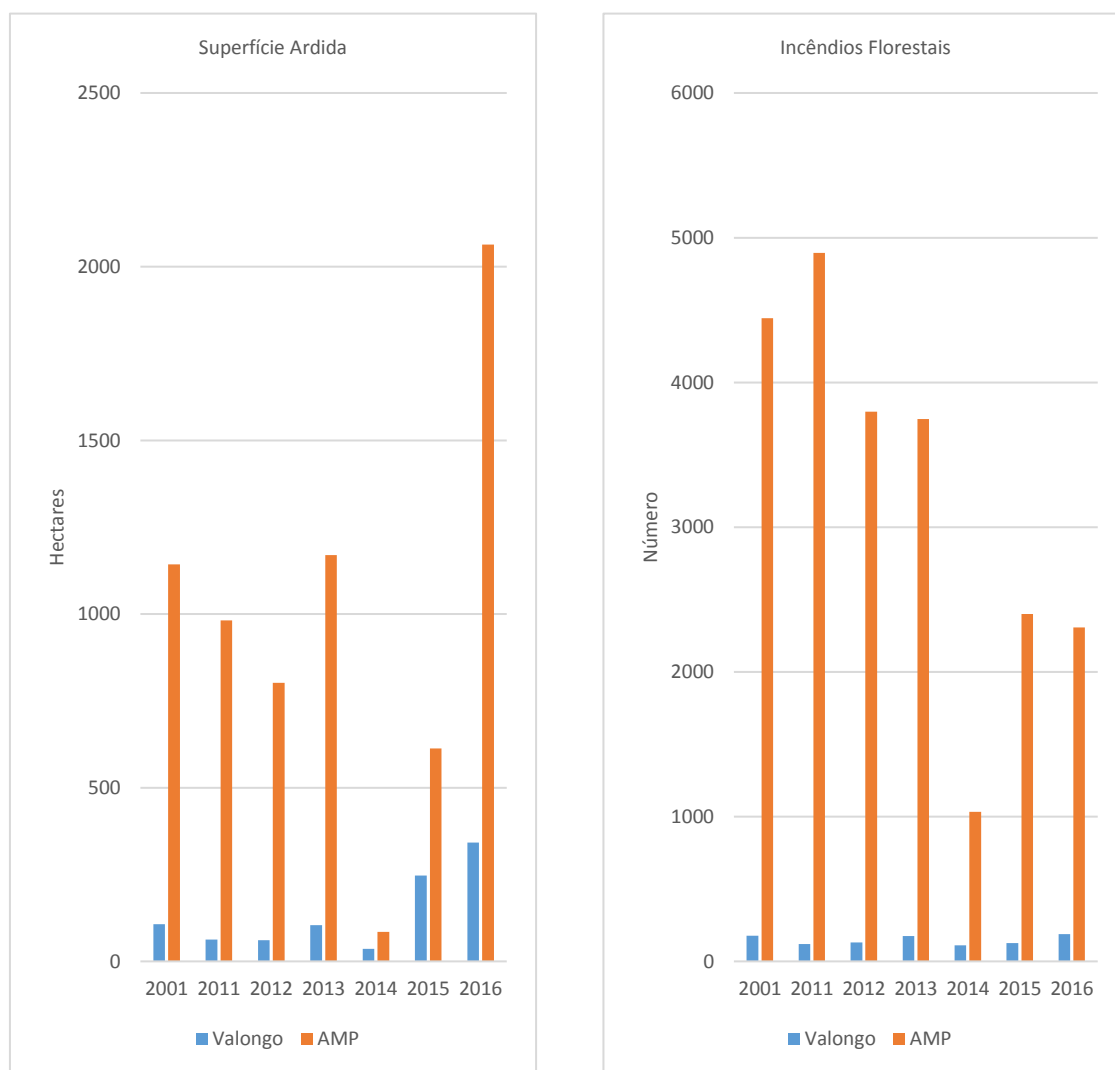
## Incêndios

A existência de áreas significativas de ocupação florestal, conjugada com a falta de gestão de matas e florestas, o absentismo das propriedades florestais, a desestruturação do mundo rural e o uso do fogo para renovação de pastagens, associadas a fenómenos climáticos que propiciam a ocorrência e propagação de fogos florestais, tem vindo a aumentar a preocupação com esta questão (Lourengo, L., et al., 2011).

De acordo com Figura 36, a área ardida no município tem vindo a aumentar, em especial em 2015/2016.

Efetuando a correlação entre as temperaturas e o nível de precipitação desses anos encontra-se uma situação de aumento da temperatura perante a norma climatológica de 1971/2000, mas também uma diminuição da precipitação em 2015, o que indicia um maior risco nesses anos face à situação meteorológica (cf. Figura 37 e Figura 38).

**Figura 36: Conjuntura dos incêndios no município e na AMP**



Fonte: INE

Figura 37: Evolução da temperatura média na AMP

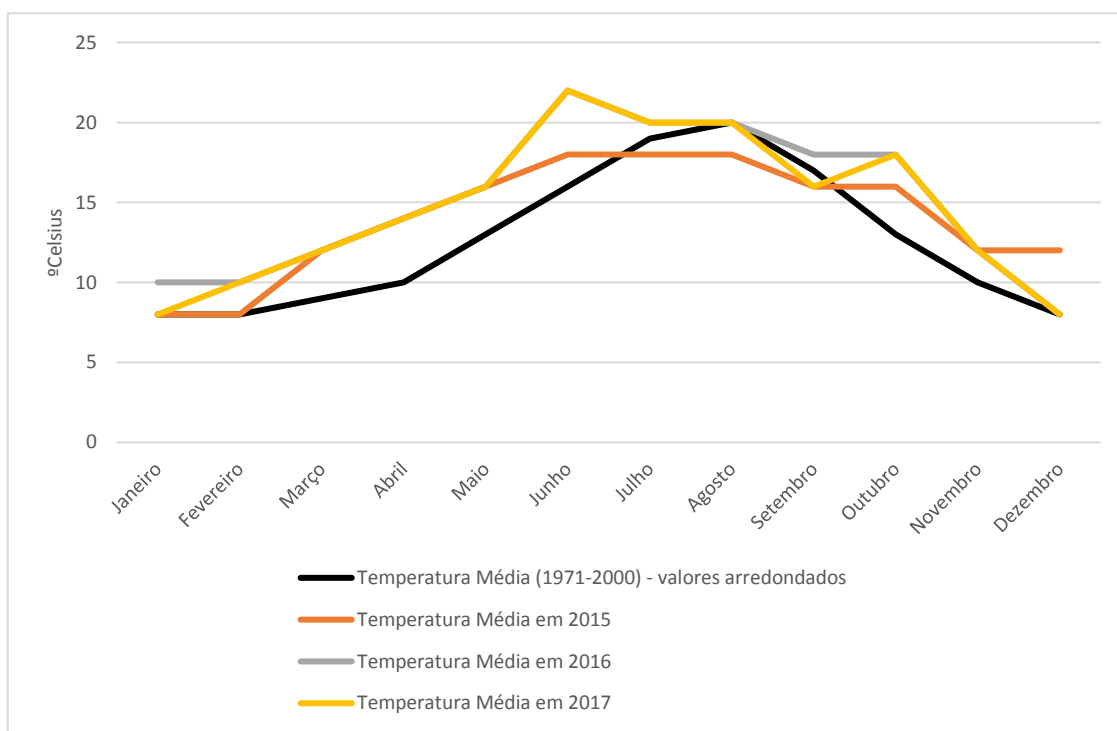
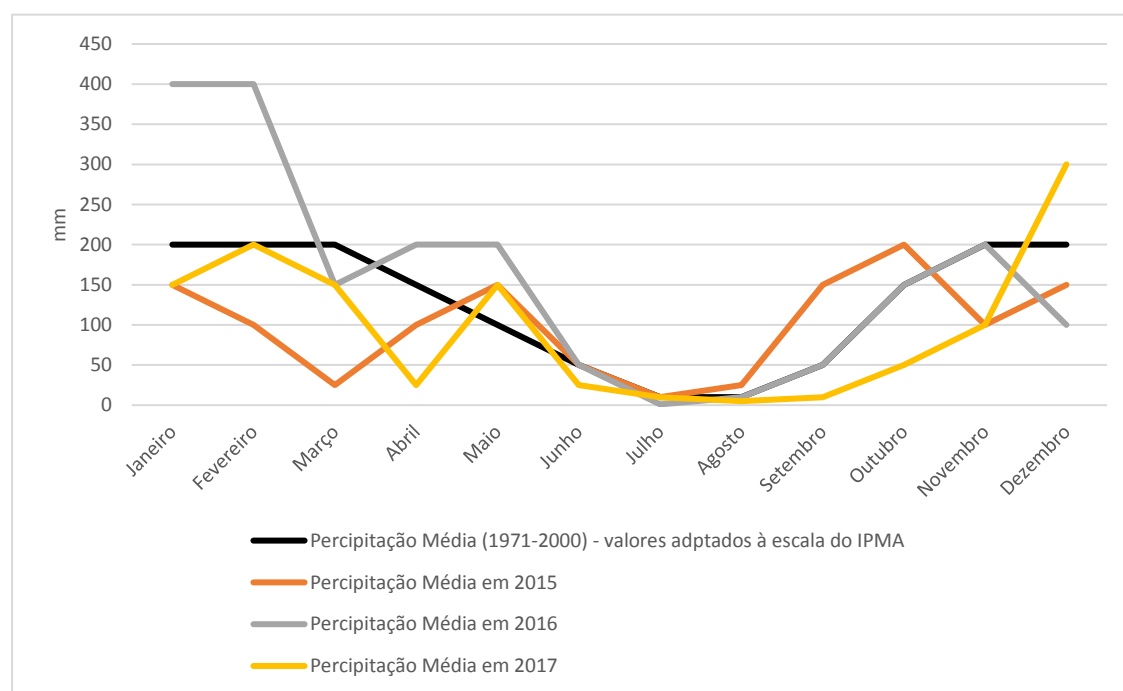
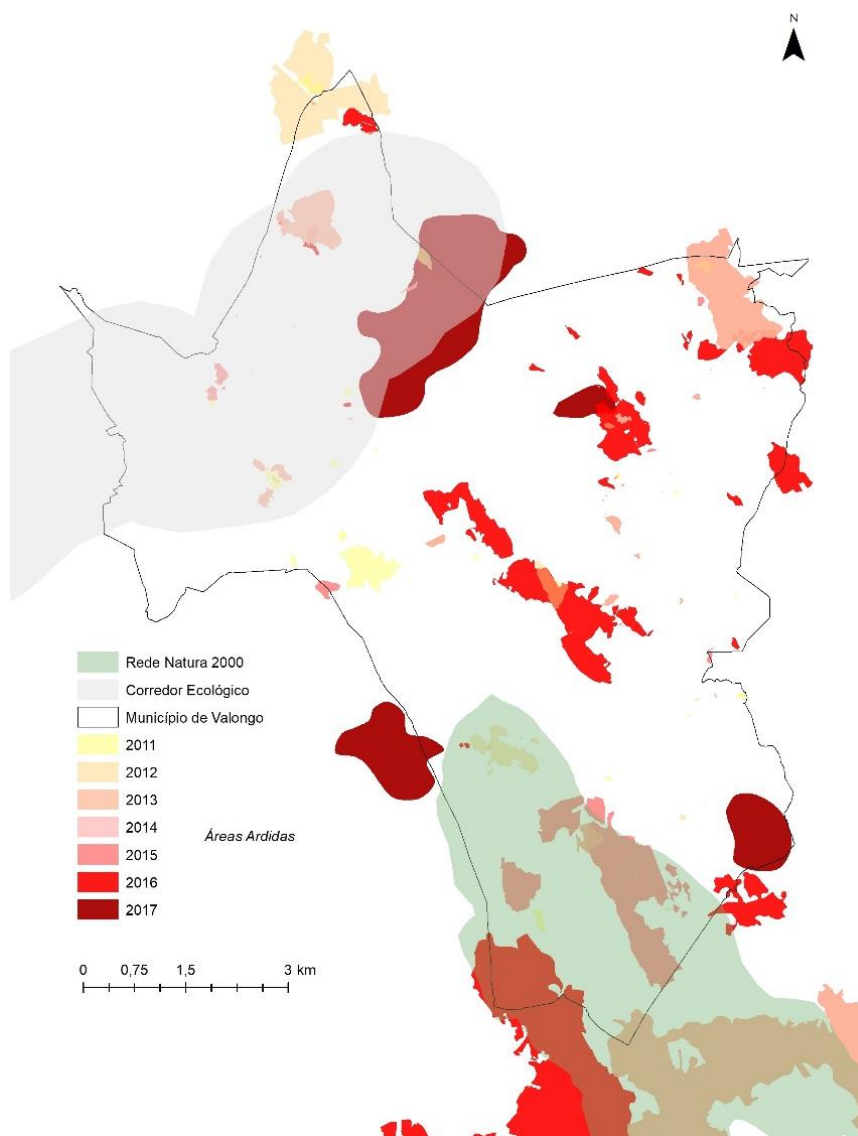


Figura 38: Evolução da precipitação acumulada na AMP



Todavia, o número de incêndios tem sofrido um comportamento que instável ao longo dos anos mas que, é caracterizador de uma conjuntura nacional e mediterrânica onde no período correspondente à estação seca ou em anos secos, a vegetação se encontra num adiantado processo de dessecação (Lourenço, L., et al., 2011), contribuindo para o desenvolvimento deste fenómeno.

Figura 39: Área ardida entre 2011 e 2017

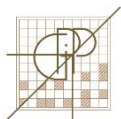


Fonte: ICNF

A análise dos dados existentes permite inferir que a incidência dos fogos florestais está a aumentar, em termos de dimensão e recorrência. É possível confirmar esta realidade quando, até ao ano de 2014, os incêndios eram de pequenas proporções, existindo desde 2015 e 2016 um aumento de 90% do número de incêndios, quando comparado com 2014. Em 2017 o número de incêndios diminuiu, mas a sua dimensão é significativamente superior aos demais anos, embora, em 2016, existam incêndios de semelhantes proporções.

Outra questão importante relacionada com os incêndios que afeta particularmente o concelho de Valongo tem a ver com a área integrada em regimes de salvaguarda, como a Rede Natura, da qual cerca de 32% ardeu entre 2011 e 2017. Dada a importância estratégica do Parque das Serras do Porto, não só ao nível municipal mas também metropolitano, é urgente tomar medidas de proteção e prevenção que permitam salvaguardar esta área.





- **Património**

O património no município de Valongo divide-se em três tipos, o património arquitetónico, arqueológico e o natural, de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 6 de setembro. A preservação do valiosíssimo património natural, construído e cultural existente (PDMV, 2015) é parte essencial na promoção da imagem e da identidade locais, numa perspetiva de promoção do concelho do ponto de vista económico e turístico.

De acordo com as Fichas de Património constantes no PDM, estão listados 120 valores patrimoniais, mais 15 geológicos e 2 espaços biológicos

- **Planeamento**

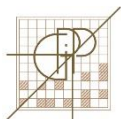
Esta secção do relatório debruça-se sob o desenvolvimento e execução das estratégias propostas pelo PDMV (2015) e pelos restantes IGT com incidência no município. Esta avaliação passa por identificar o que foi concretizado até ao momento, apontando, quando possível, as causas para a não concretização das restantes propostas, as quais poderão ter origem interna ou externa.

Neste contexto, interessa perceber a articulação entre as diferentes estratégias setoriais, identificando lógicas de coordenação para a criação de padrões sustentáveis de desenvolvimento. Este desígnio exige plataformas de governança de geometria variável, apostando na diversificação de agentes e de estruturas administrativas e numa coordenação assente em princípios de flexibilidade na forma como gerir e intervencionar o território.

Os IGT em vigor no município de Valongo são os seguintes:

- *Programa Nacional para as Alterações Climáticas;*
- *Plano Setorial da Rede Natura 2000;*
- *Plano Rodoviário Nacional 2000;*
- *PGRH do Douro;*
- *PGRH do Cávado, Ave e Leça;*
- *PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga;*
- *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP;*
- *Ações desenvolvidas no âmbito da governança metropolitana;*
- *PDMV;*
- *Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;*
- *Carta Educativa de Valongo;*
- *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Valongo;*
- *Unidades Operativas de Planeamento e Gestão;*
- *Áreas de Reabilitação Urbana.*

Seguidamente faz-se a apresentação e a avaliação dos planos/programas para os quais foi possível obter informação.



### **Programa Nacional para as Alterações Climáticas**

O desafio imposto pelas alterações climáticas tem estado cada vez mais presente na definição das políticas públicas, sendo disso exemplo a publicação do 5.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas e a Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que estabelece metas para a redução dos gases com efeito de estufa (GEE), para valores -18% a -23%, em 2020, e de -30% a -40%, em 2030, face aos valores de 2005.

Para a prossecução destes objetivos é essencial o envolvimento dos principais agentes emissores de GEE. Tendo em conta que as cidades, a par das áreas industriais, são as áreas que mais contribuem para o aumento dos GEE, a implementação de medidas de redução de emissões nestas áreas é decisiva para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Listam-se de seguida os diversos programas que têm subjacentes medidas de redução de emissões:

- Compromisso para o Crescimento Verde (CCV);
- Reforma para a fiscalidade verde (RFV);
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE);
- Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER);
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020);
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos de 2014-2020 (PNGR);
- PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais;
- Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 (PDR 2020);
- Estratégia Nacional para as Florestas (ENF);
- Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020);
- Plano Estratégico Transportes e Infraestruturas (PETi3+);
- Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020;
- Estratégia Nacional de Especialização Inteligente para a Investigação e Inovação.

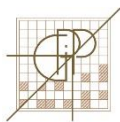


Tabela 18: Eixos e opções Políticas e Medidas Identificadas

Política Setorial	Vetores de Atuação	Medidas
Transporte e Mobilidade	<b>Gestão da Mobilidade</b>	
	Gestão dos consumos de energia das frotas de transporte de passageiros e mercadorias	
	Transporte de média e longa distância	Redução da intensidade carbónica do sistema de transporte de passageiros
		Promoção do uso do transporte público (transferência modal) visando um aumento de 2% ao ano de passageiros transportados por km
		Transferência modal para o transporte ferroviário de mercadorias em percursos com mais de 200 km
		Redução intensidade carbónica do sistema de transporte de mercadorias
		Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a via marítima
	Transportes urbanos e suburbanos	Redução da intensidade carbónica do sistema de transportes e logística urbana
		Promoção do uso do transporte público visando um aumento de 2% dos passageiros transportados por km
		Promoção da mobilidade suave
	<b>Tecnologia</b>	
	Adoção de tecnologias de baixo carbono nas frotas de transporte público e privados de passageiros e mercadorias	
	Promoção da mobilidade elétrica	
	Promover a utilização de biocombustíveis de 2.ª e 3.ª geração	
	Fomentar o desenvolvimento de postos de abastecimento de combustíveis limpos	
	Promoção da pesca como atividade mais eficaz e eficiente, incluindo o desenvolvimento de sistemas de propulsão e conceção de cascos alternativos e a substituição ou modernização de motores principais ou auxiliares.	
	<b>Comportamentos</b>	
	Promoção da ecocondução	
	Promoção do recurso a novas tecnologias para induzir comportamentos de mobilidade sustentável	
	Redução das necessidades de deslocação	
	Divulgar informação sobre opções de mobilidade urbana	
Residencial e serviços	<b>Tecnologias Passivas e Ativas</b>	
	Redução das necessidades para climatização através da reabilitação de superfícies envidraçadas e do isolamento eficiente	
	Promoção da produção e autoconsumo de energia renovável	
	Sistema de Eficiência nos Edifícios	
	<b>Tecnologias de Uso Final</b>	
	Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes, designadamente para aquecimento ambiente	
	Promoção de iluminação eficiente	
	Promoção de equipamentos mais eficientes	
	<b>Comportamentos</b>	
	Orientação das decisões de consumo para opções por equipamentos domésticos e de escritório e por soluções de climatização mais eficientes	
	Promoção de comportamentos mais racionais e eficientes no uso de equipamentos e serviços de energia	
Indústria	<b>Tecnologia</b>	
	Medidas transversais para promoção da adoção de tecnologias mais eficientes e quatro grupos de atuação tecnológica: Motores elétricos, Produção de calor e frio, Iluminação, Outras medidas para a eficiência energética do processo industrial	
	Promover a cogeração de alta eficiência	
	Aumentar a percentagem de utilização de combustíveis alternativos no mix energético das indústrias transformadoras	
	Promover as fontes de energia renovável	
	<b>Processos</b>	
	Promoção da eficiência nos processos industriais – medidas específicas para determinados setores industriais	
	<b>Gases fluorados</b>	
	Implementação do Regulamento dos gases fluorados	
	<b>Outros</b>	
	Medidas de apoio para os efeitos indiretos do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, aplicado a setores expostas a fugas de carbono e em cumprimento das regras de auxílios de Estado definidas a nível comunitário	
Resíduos e Águas Residuais	<b>Resíduos Urbanos</b>	
	Prevenção da produção e perigosidade dos resíduos	
	Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis	
	Redução da deposição de Resíduos Urbanos em aterro	
	Valorização económica e escoamento dos recicláveis e subprodutos do tratamento dos resíduos urbanos	
	Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais	
	Consolidar e otimizar a rede de gestão de resíduos	
	Promover o fecho dos ciclos dos materiais e aproveitamento da energia em cascata	
	<b>Águas Residuais</b>	
	Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água	
	Melhoria da qualidade dos serviços prestados	
	Otimização e gestão eficiente dos recursos	
Agricultura	<b>Efluentes da Pecuária</b>	
	Criação de sistemas de tratamento de efluentes mais eficientes	
	Reforço da implementação do Regime de Exercício da Atividade Pecuária, nomeadamente do respetivo sistema de informação	
	Monitorização dos Gases de Efeito de Estufa nos sistemas de monitorização das políticas e medidas com vista à melhoria do desempenho ambiental do setor pecuário, recorrendo a metodologias compatibilizadas com o inventário de emissões e no âmbito do Regime de Exercício da Atividade Pecuária	
	<b>Fertilizantes</b>	
	Reforço da adoção (e conhecimento) de boas práticas agrícolas	
	Incentivo à redução da utilização de fertilizantes azotados, tendo como referencial o Código de Boas Práticas Agrícolas	
	Monitorização dos Gases de Efeito de Estufa nos sistemas de monitorização das políticas e medidas de incentivo à redução da utilização de fertilizantes azotados (tendo por referencial o Código de Boas Práticas Agrícolas, recorrendo a metodologias compatibilizadas com o inventário de emissões.	
	<b>Gestão dos consumos de energia</b>	
	Promoção da eficiência energética no quadro das orientações estabelecidas no Programa de Desenvolvimento Rural	
Uso do Solo e Florestas	<b>Florestas Florestais</b>	
	Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais	
	<b>Resistência e Resiliência</b>	
	Aumentar a resistência da floresta a agentes bióticos	
	<b>Florestação e Gestão de áreas florestais</b>	
	Aumentar a área florestal (continua na página seguinte)	
	Melhorar o desempenho da área florestal existente	
	<b>Solos</b>	
	Conservar, restaurar e melhorar os solos agrícolas e florestais	
	<b>Energia</b>	
	Promover o uso da biomassa florestal residual para energia	
	Promover o uso de produtos florestais como substitutos de matérias-primas de origem fóssil	
Investigação, Desenvolvimento e Inovação	<b>Informação e monitorização</b>	
	Apoiar a recolha e atualização periódicas de informação de base	
	<b>I&amp;D</b>	
	Inovação e desenvolvimento de tecnologias, práticas, produtos e serviços de baixo carbono em todos os setores de atividade	
	Prossecução do apoio à participação nos mecanismos NER 300 e NER 400	
Conhecimento, Informação e Sensibilização	Prossecução do apoio à participação nos Programas Horizon 2020 e LIFE	
	Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional de observação e conhecimento dos sistemas integrados na atmosfera-oceano	
	Capacitação (educação e formação) em mitigação das alterações climáticas e economia de baixo carbono	
	Aprofundar o conhecimento em mitigação de alterações climáticas e economia de baixo carbono	
	Desenvolvimento de planos e estratégias de baixo carbono; contabilização e reporte de emissões pelos setores de atividade; certificações de baixo carbono	
	Dinamização da participação de organizações em ações de promoção e divulgação de boas práticas e redes de partilha de informação com objetivos de baixo carbono	
	Promoção de ações de sensibilização para comportamentos de baixo carbono	



Política Setorial	Vetores de Atuação	Medidas
Fiscalidade Verde	Taxa de Carbono: tributação do carbono nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão com uma taxa indexada ao preço do carbono nos setores abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão	
	Incentivos à mobilidade elétrica através de medidas com impacto no IRS, IRC e IVA, bem como devolução do ISV ou atribuição de subsídio mediante a compra de veículos elétricos ou híbridos plug-in novos	
	Agravamento das taxas do ISV em função das emissões de CO <sub>2</sub>	
	Regime fiscal mais favorável aos prédios destinados à produção de energia renovável.	
Administração Pública	<b>Mobilidade e transportes</b>	
	Plano de mobilidade sustentável na Administração Pública, desenvolvido em torno dos pilares “Gestão da Mobilidade”, “Tecnologia” e “Comportamentos”, tendo em vista atingir a redução de 20% das emissões da frota em 2030	
	<b>Edifícios</b>	
	Descarbonização do parque de edifícios do Estado	
	Promoção da adoção de soluções easy wins	
	<b>Compras públicas</b>	
Cidades Sustentáveis	Implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas enquanto catalisador da transição para uma administração pública de baixo carbono	
	<b>Gestão da mobilidade</b>	
	Redução da intensidade carbónica do sistema de transportes e logística urbana	
	Promoção do uso do transporte público, visando um aumento de 2% ao ano de passageiros transportados por km	
	Promoção da mobilidade suave	
	Promoção da mobilidade elétrica	
	<b>Residencial e Serviços</b>	
	Redução das necessidades de energia para climatização através da reabilitação de superfícies envidraçadas e do isolamento eficiente	
	Promoção da produção e autoconsumo de energia renovável	
	Sistema de Eficiência Energética nos Edifícios	
	Promoção da adoção de soluções de climatização eficientes, designadamente para aquecimento ambiente	
	Promoção de iluminação eficiente	
	Promoção de equipamentos mais eficientes	
	<b>Conhecimento, informação e sensibilização</b>	
	Desenvolvimento de planos e estratégias de baixo carbono; contabilização e reporte de emissões pelos setores de atividade; certificações de baixo carbono	
	Dinamização da participação de organizações em ações de promoção e divulgação de boas práticas e redes de partilha de informação com objetivos de baixo carbono	
	<b>Ordenamento do Território e Urbanismo</b>	
	Utilização sustentável e racional do território, minimizando a emissão de gases com efeito de estufa e intensificando a sua remoção por sumidouros.	
	<b>Planeamento, gestão do ambiente e ambiente urbano</b>	
	Regenerar e revitalizar os centros urbanos, tendo em conta critérios de sustentabilidade	

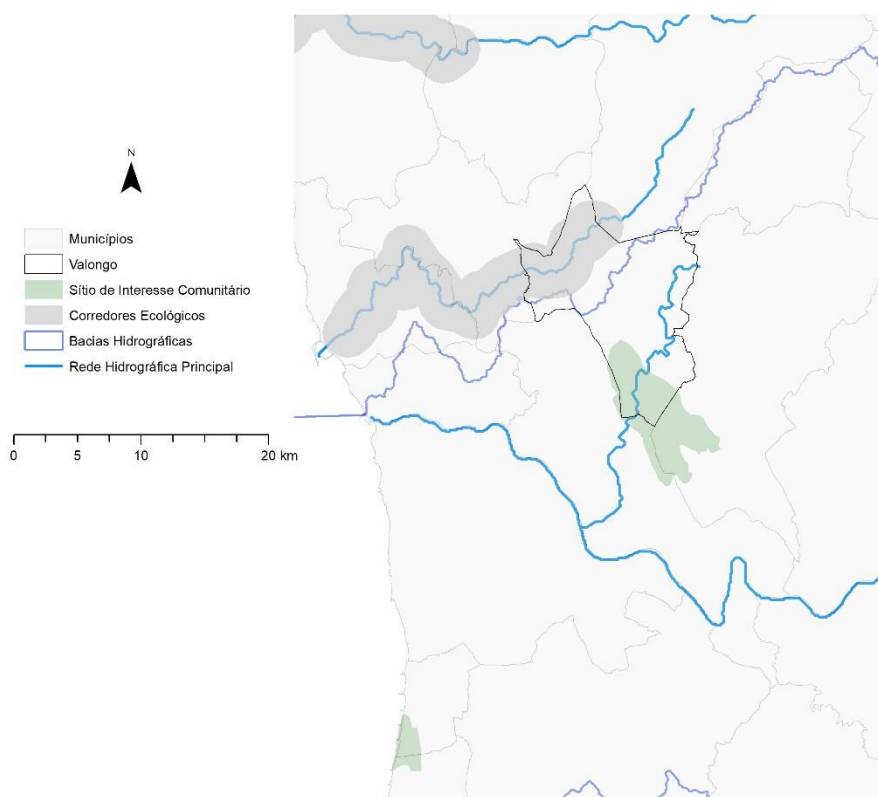
Fonte: Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/2015

### Plano Setorial da Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, é um instrumento que procura proteger as áreas de maior sensibilidade ecológica como as áreas florestais de ocorrência de habitats e de espécies da fauna e flora protegidos e de geomonumentos.

No município está identificado o Sítio PTCON0024 – Valongo (Resolução Conselho Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto), da diretiva Habitats, com uma área total de 2552.3 ha, dos quais 1092.26 ha (42,8%) integrados no concelho de Valongo, o que corresponde a 14,5% da área do município.

**Figura 40: Rede Natura 2000 no município de Valongo**

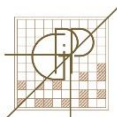


Fonte: APA e ICNF

As orientações de gestão identificadas estão sistematizadas na tabela seguinte:

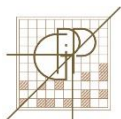
**Tabela 19: Orientações de Gestão Rede Natura 2000**

Rede Natura 2000	
Agricultura e Pastorícia	Manter práticas de pastoreio extensivo
	Adotar práticas de pastoreio específicas
	Salvaguardar de pastoreio
	Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos
	Condicionar a intensificação agrícola
	Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos
	Condicionar expansão do uso agrícola
	Assegurar mosaico de habitats
	Condicionar mobilização do solo



Rede Natura 2000	
	Condicionar queimadas
	Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos
	Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas
	Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat
	Condicionar uso de agro -químicos/adotar técnicas alternativas
	Condicionar uso de agro -químicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat
Silvicultura	Adotar práticas silvícolas específicas
	Condicionar a florestação
	Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones
	Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo
	Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades
	Tomar medidas que impeçam a florestação
	Promover a recuperação dos zimbrais
	Promover áreas de matagal mediterrânico
	Promover a regeneração natural
	Reduzir risco de incêndio
Construção e Infraestruturas	Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes
	Assegurar caudal ecológico
	Condicionar a construção de infra -estruturas
	Condicionar expansão urbano -turística
	Melhorar transposição de barragens/açudes
	Reduzir mortalidade acidental
	Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis
	Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis
Outros usos e Atividades	Monitorizar, manter/melhorar qualidade da água
	Condicionar captação de água
	Condicionar drenagem
	Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água
	Condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e a colheita de espécies
	Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone
	Implementar gestão cinegética compatível com conservação da espécie
	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação
	Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros
	Ordenar acessibilidades
	Ordenar atividades de recreio e lazer
	Ordenar prática de desporto da natureza
	Regular dragagens e extração de inertes
	Regular uso de açudes e charcas
Orientações específicas	Condicionar o acesso
	Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica
	Controlar efetivos de animais assilvestrados
	Definir zonas de proteção para a espécie/habitat
	Consolidar galerias de minas importantes
	Desobstruir a entrada de abrigos
	Impedir encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados
	Criar caixas de abrigo
	Efetuar desmatações seletivas
	Efetuar gestão por fogo controlado
	Estabelecer programa de repovoamento/fomento/reintrodução de presas
	Estabelecer programa de repovoamento/reintrodução
	Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo
	Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes
	Manter/recuperar habitats contíguos
	Manter as edificações que possam albergar colónias/ populações
	Recuperar zonas húmidas
	Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho



### Programa Rodoviário Nacional 2000

O PRN2000 foi aprovado pelo DL n.º 222/98, de 17 de Julho, com a Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto, e «constitui o instrumento regulador de infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular» (Infraestruturas de Portugal, 2017).

O PRN 2000 identifica quatro eixos viários que cruzam com o município: o IP 4 (atual A4), o IC24 (atual A41), a EN 15 e a EN 209. Todas estas vias detêm uma importância decisiva em diversos níveis de mobilidade (nacional, regional, metropolitana, municipal e local), não só devido aos fluxos de tráfego gerados, mas também por serem um importante ativo de atração de investimento e de população num contexto metropolitano.

### Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2)

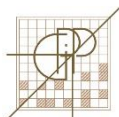
O PGRBH-Cávado, Ave e Leça foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

O PGRBH definiu medidas para a execução das quais é necessária a colaboração e articulação de diferentes entidades, as quais são identificadas na Tabela 20.

**Tabela 20: Recomendações aos municípios pela RH2**

Recomendações	Entidade envolvida
<b>Recursos Hídricos</b>	
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras medidas que definam aspetos relacionados com a conceção, dimensionamento, manutenção e acompanhamento, designadamente, através da constituição de um cadastro das soluções particulares de disposição de águas residuais domésticas (fossas sépticas individuais) e respetivas lamas, de acordo com as melhores práticas ambientais disponíveis.	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH2
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras ações que assegurem, não apenas a monitorização, mas também, a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas.	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH2
Elaboração de um Plano que estabeleça as diretrizes para a correta elaboração de projetos que interfiram com linhas de água. Deverá igualmente, ser considerada a fase de execução (fiscalização e acompanhamento de obras).	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH2
Ponderar a atualização do Programa de Medidas, aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas, com o objectivo de introduzir ações de incentivo e desenvolvimento de outros usos de água (p.e. uso doméstico, industrial, agrícola, ou recreativo) previstos igualmente noutros Planos (para além, apenas, de medidas como a "B02.03 - Programa de valorização energética de rios - VALENER - Lançamento de concursos de concessão de novos pequenos aproveitamentos hidroelétricos" e "B02.04 - Programa Valorização Energética de Rios - VALENER - Implementação dos pequenos aproveitamentos hidroelétricos de Ruivães, de Azenhas da Espinheira, de Poldras, de Sobreposta, de Soutelo e de Sta. Cruz do Bispo"), no sentido de incutir coerência interna e igualdade de tratamento para as várias tipologias de uso da água no Plano.	ARH do Norte, I.P.; DGADR; DRAPN; Municípios da RH2
<b>Valores Naturais e Patrimoniais</b>	
Proceder à identificação e eliminação de todos os pontos de emissão de efluentes domésticos e industriais, bem como proceder ao tratamento desses caudais in situ, anulando a contaminação no meio e favorecendo a recuperação dos ecossistemas prevista;	ARH do Norte, I.P.; Municípios da RH2;





Aumentar o esforço de preservação do património natural eliminando e evitando a introdução de espécies infestantes/invasoras e a instalação de monoculturas silvícolas, privilegiando, em contrapartida, o recurso a espécies autóctones e/ou endémicas;	ARH do Norte, I.P.; Municípios da RH2; ICNB; AFN
Desenvolver projetos de valorização aos ecossistemas fluviais associados à recuperação do património arqueológico e arquitetónico (associado à exploração ou utilização dos recursos hídricos).	ARH do Norte, I.P.; Municípios da RH2; ICNB; AFN; IGESPAR, I.P.

Fonte: Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental

**Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3)**

O PGRBH-Douro foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, com a Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

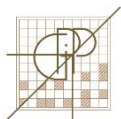
A execução das medidas definidas pelo PGRBH colaboração e articulação de diferentes entidades, conforme estabelecido na Tabela 21.

**Tabela 21: Recomendações aos municípios pela RH3**

Recomendações	Entidade envolvida
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras medidas que definam aspetos relacionados com a conceção, dimensionamento, manutenção e acompanhamento, designadamente, através da constituição de um cadastro das soluções particulares de disposição de águas residuais domésticas (fossas sépticas individuais) e respetivas lamas, de acordo com as melhores práticas ambientais disponíveis.	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH3
Ponderar a atualização do Programa de Medidas aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas que permitam a introdução de outras que assegurem, não apenas a monitorização, mas também, a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH3
Integrar a temática da prevenção e minimização da escassez e secas nas medidas associadas à elaboração de programas e estratégias de ação para o uso eficiente da água, em manuais de boas práticas e ações de sensibilização e comunicação previstas;	ARH do Norte, I.P.; APA; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR; Municípios da RH3
Ponderar a atualização do Programa de Medidas, aquando da fase de monitorização do grau de implementação, execução e avaliação de impacto de medidas, como o objetivo de introduzir ações de incentivo e desenvolvimento de outros usos de água (p.e. uso doméstico, industrial, agrícola ou recreativo) previstos igualmente noutros Planos (para além, apenas, de medidas como a "B02.03 - Programa de valorização energética de rios - VALENER - Lançamento de concursos de concessão de pequenos aproveitamentos hidroelétricos" e "B02.04 - Programa Valorização Energética de Rios - VALENER - Implementação dos pequenos aproveitamentos hidroelétricos de Ruivães, de Azenhas da Espinheira, de Poldras, de Sobreposta, de Soutelo e de Sta. Cruz do Bispo"), no sentido de incutir coerência interna e igualdade de tratamento para as várias tipologias de uso da água no Plano.	ARH do Norte, I.P.; DGADR; DRAPN; Municípios da RH3
Elaboração de um Plano que estabeleça as diretrizes para a correta elaboração de projetos que interfiram com linhas de água. Deverá igualmente, ser considerada a fase de execução (fiscalização e acompanhamento de obras).	ARH do Norte, I.P.; DGADR; DRAPN; Municípios da RH3
Reavaliar ou reconsiderar, em termos de custos-benefícios, a construção dos novos empreendimentos previstas pelo PNBEPH, com especial relevância para os localizados nos rios Tâmega, Tua e Sabor, no sentido de evitar danos ecológicos irreparáveis que provocarão alterações significativas em todo o ecossistema desta RH3;	ARH do Norte, I.P.; INAG, I.P.; Câmaras Municipais; AFN, ICNB
Execução de um estudo local aprofundado relativo a zonas de risco, na perspetiva de agregação de todas as classes de risco, capaz de determinar <i>clusters</i> territoriais de intervenção prioritária;	ARH do Norte, I.P.; Câmaras Municipais
Desenvolvimento de uma estratégia regional de adaptação às alterações climáticas ao nível dos recursos hídricos, adequado às vulnerabilidades associadas a este fenómeno, permitindo o desenvolvimento de um documento de carácter estratégico, multisectorial e transversal, que promova uma corresponsabilização e articulação por parte das várias entidades do quadro de governança para a identificação concreta de um conjunto de linhas de ação e de medidas de adaptação, para uma melhor gestão das áreas suscetíveis às alterações climáticas. Esta estratégia deve ser construída com base nos resultados da avaliação e monitorização do PGRH ao longo dos seus vários ciclos de planeamento, tendo em conta os resultados do Programa de Medidas implementado, bem como nas várias políticas sectoriais e IGT de âmbito regional e local. Deve constituir-se como uma estratégia em constante adaptação à realidade, só assim será possível avaliar a sua eficácia e eficiência.	APA; ARH do Norte, I.P.; CCDR-N; CCDR-C; Câmaras Municipais; IGESPAR; EDP; ICNB; ANF; Público em geral; Entidades Gestoras de AA e AE e DTAR.

Fonte: Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental





### PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF – AMP/EDV) foi aprovado através do Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro. Valongo é identificado como um município estratégico para a prossecução dos objetivos do Plano, sendo identificados diversos valores, o mais relevante dos quais sendo a Serra de Santa Justa/Pias. Este elemento integra os fatores de proteção, produção e recreio, enquadramento e estética da paisagem do território (PROF – AMP/EDV, 2006), e conta com uma área florestal arborizada de 3 786 ha só no município. De referir que a proteção e a valorização dos ecossistemas e do património natural existente são indispensáveis à manutenção desta área.

No momento atual, o plano encontra-se suspenso parcialmente (Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro) até à data de publicação de um novo PROF (PROF – Entre Douro e Minho), que alterará de forma decisiva não só a área geográfica como a estrutura deste instrumento, integrando-o no novo enquadramento político e legal da floresta e da proteção de incêndios.

### Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP

Publicado no ano de 2016 e enquadrado nas verbas de financiamento dedicadas à mobilidade suave do Programa Norte 2020, o PAMUS da AMP tem como objetivo a coordenação de um dos temas-chave das metrópoles, a mobilidade, sendo que a *crescente necessidade de rentabilização do tempo motiva a opinião para o estabelecimento de novos critérios e metodologias de mobilidade* (PAMUS da AMP, 2016). Em simultâneo, a necessidade de financiamento permite orientar (...) *novas opções na estratégia da gestão da mobilidade, promovendo 'novas' formas de mobilidade, tendencialmente mais sustentáveis e já enquadradas nos novos desígnios de promoção da eficiência patentes no novo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020*, promovendo, assim, o *desenvolvimento urbano, (...), uma sociedade mais sustentável e promotora de modos de deslocações sustentáveis* (PAMUS da AMP, 2016).

Na tabela seguinte apresentam-se as medidas que o PAMUS da AMP define para o município.

**Tabela 22: PAMUS da AMP para o município de Valongo**

Tipologia da medida	Designação da Ação	Temporalidade	Horizonte Temporal	Medidas Concretizadas
Modos Suaves	Programa de Incremento da Infraestrutura de Mobilidade do Concelho de Valongo (Fase 1)	Médio Prazo	2016/2019	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves	Programa de Acessibilidade para Todos (Fase 1)	Médio Prazo	2016/2019	Nenhuma
Modos Suaves	Programa Incremento da Infraestrutura de Mobilidade Suave do Concelho de Valongo (Fase 2)	Longo Prazo	2019/2023	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves	Programa Acessibilidade para Todos (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2023	Nenhuma
Interfaces	Qualificação Interna e Externa das Interfaces Ferroviárias (Fase 1)	Médio Prazo	2018/2019	Candidatada ao Norte 2020
Interfaces	Qualificação Interna e Externa das Interfaces Ferroviárias (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2021	Nenhuma



Tipologia da medida	Designação da Ação	Temporalidade	Horizonte Temporal	Medidas Concretizadas
Modos Suaves/Interfaces	Implementação do Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (Fase 1)	Médio Prazo	2018/2019	Candidatada ao Norte 2020
Modos Suaves/Interfaces	Implementação do Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (Fase 2)	Longo Prazo	2020/2021	Nenhuma

Fonte: PAMUS da AMP e CMV

A integração das medidas apontadas pelo PAMUS nas estratégias municipais só recentemente começou a ser feita, sendo de referir que, à exceção da Fase 1 do Programa de Acessibilidade para Todos (PAT), todas as ações com horizonte temporal 2016/2019 se encontram em processo de candidatura. As restantes medidas, com horizonte temporal mais alargado, não foram ainda objeto de desenvolvimento.

É ainda de referir que se verifica que o município estabeleceu como prioridade o tema da mobilidade suave, candidatando as duas fases proposta do Programa de Incremento da Infraestrutura de Mobilidade Suave do Concelho de Valongo.

### Plano Diretor Municipal

A avaliação da execução do PDM é feita a partir dos diversos temas abordados pelo Plano, identificando-se na Tabela 23 estes temas e os critérios de análise seguidos.

**Tabela 23: Síntese das Propostas do PDM**

<u>Tema</u>	<u>Análise</u>
Solo Rural	
Solo Urbano	Edificação em solo urbano
Intervenções Municipais	Execução
Planos Setoriais	Grau de execução
Investimentos Previstos	Grau de execução

### Solo Urbano

O PDM estabelece para a estruturação do seu território uma política de consolidação dos centros urbanos existentes. Neste sentido, a avaliação que é feita em seguida tem como objetivo analisar a gestão urbanística desde a data de publicação do PDM, com vista a perceber a evolução da dinâmica de construção nos perímetros urbanos.

Verifica-se que, desde a entrada em vigor do PDM, tem havido um aumento médio do número de alvarás de obra de cerca de 16% ao ano, com o maior número a verificar-se em 2017 (108 alvarás).

Tabela 24: Gestão Urbanística do município de Valongo pós 2015

Gestão Urbanística	Evolução			Taxa de Crescimento (2015/2017)
	2015	2016	2017	
Pedidos de Informação Prévia Aprovados	4	8	2	-100%
Pedidos de Renovação de Informações Prévias Aprovadas	1	1	1	0%
Alvarás de Obras	76	99	108	30%
Aditamento aos Alvarás	9	14	11	18%
Autorizações de Utilização	124	109	126	2%
Autorizações de Alteração de Utilização	16	12	18	11%
Aditamentos aos Alvarás de Loteamento	20	26	27	26%

Fonte: CMV

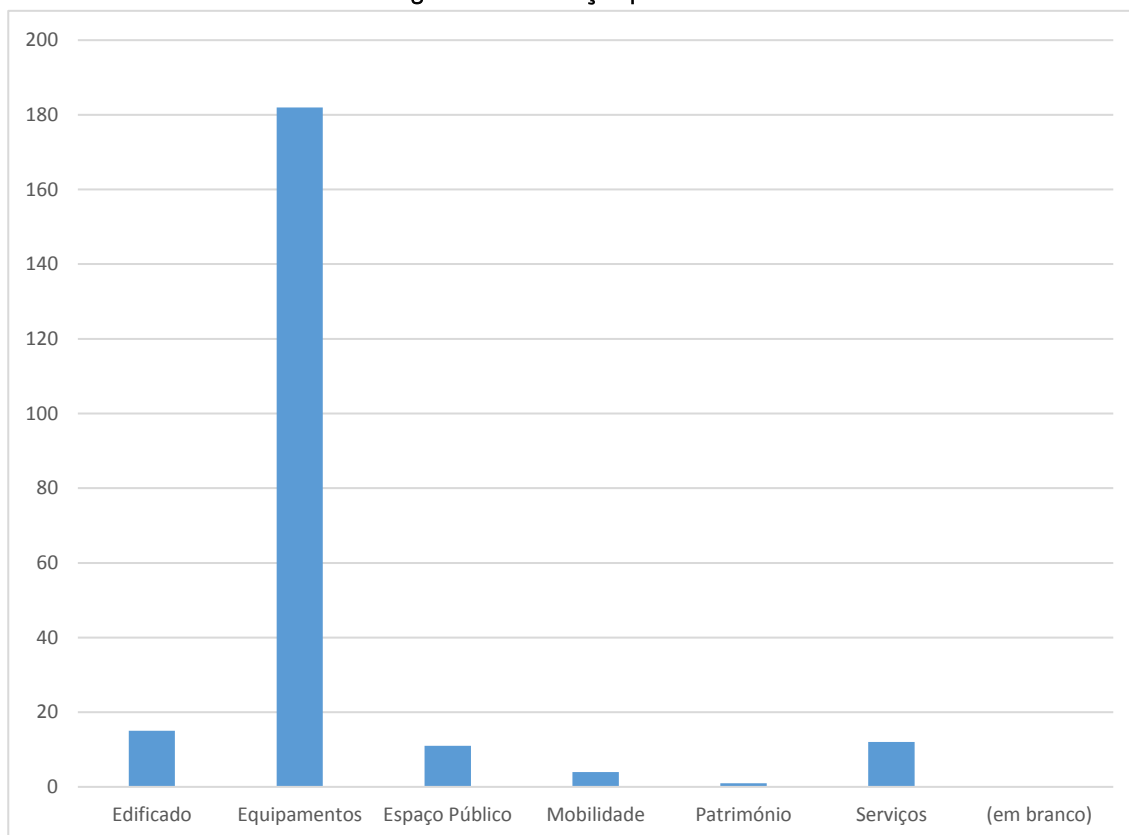
A tabela supra demonstra um aumento da atividade do mercado imobiliário desde 2015, à qual pode estar associada a reconversão do parque edificado existente, patente no aumento das autorizações de alteração de utilização.

### Intervenções Municipais

Neste tópico de análise pretende-se avaliar as intervenções do município no seu património, edificado, equipamentos e espaço público, entre 2001 e 2017.

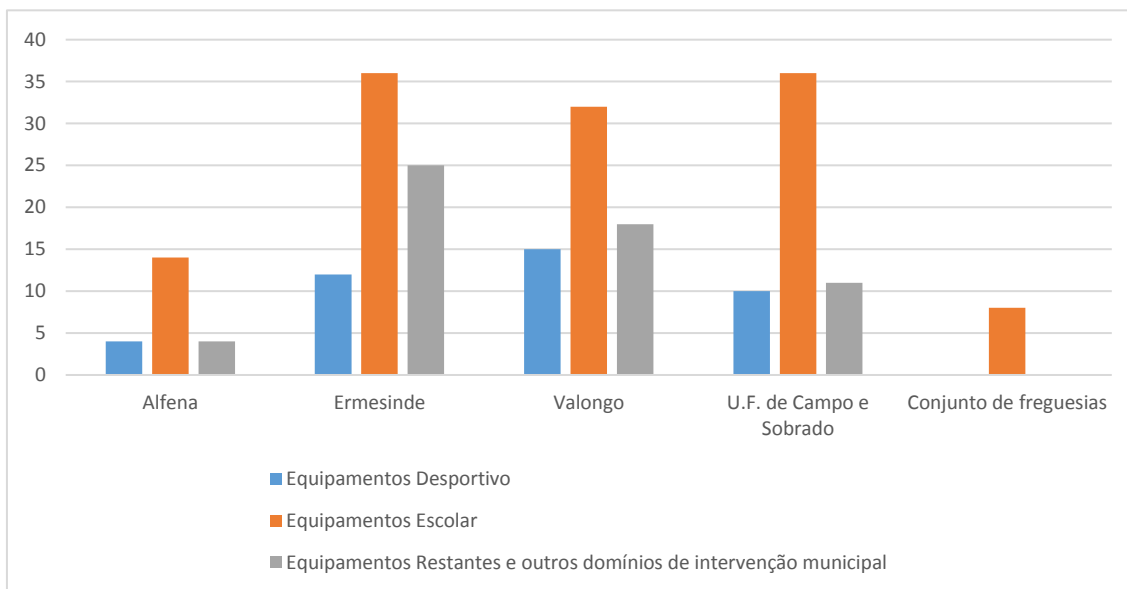
As maiores intervenções, seja ao nível de conservação seja de construção, são realizadas nos equipamentos, a que correspondem 81% das 225 intervenções do município, como se pode ver na figura seguinte.

Figura 41: Intervenção por domínios



Fonte: CMV

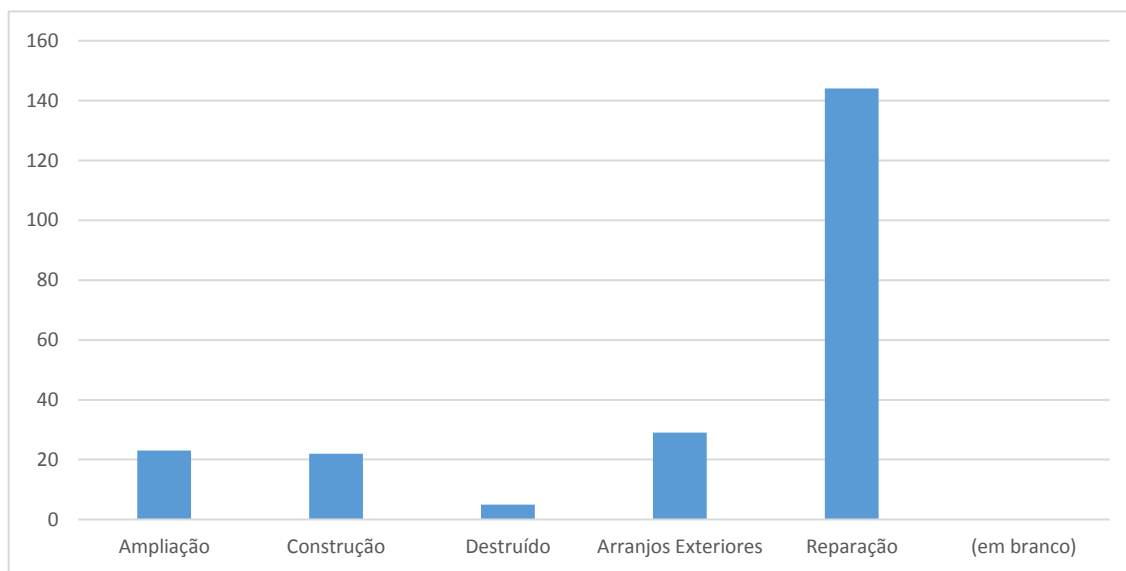
**Figura 42: Intervenção por domínios, segregando equipamentos desportivos e escolares de outros equipamentos e demais domínios de intervenção municipal**



Fonte: CMV

No que se refere à tipologia da intervenção, as reparações representam 64% das intervenções municipais entre 2001 e 2017. A edificação e a ampliação de serviços e equipamentos, por seu turno, representam cerca de 20% das intervenções, percentagem a que não será alheio o aumento da população este período (cerca de 21%) e a consequente aumento da procura dos equipamentos e serviços municipais.

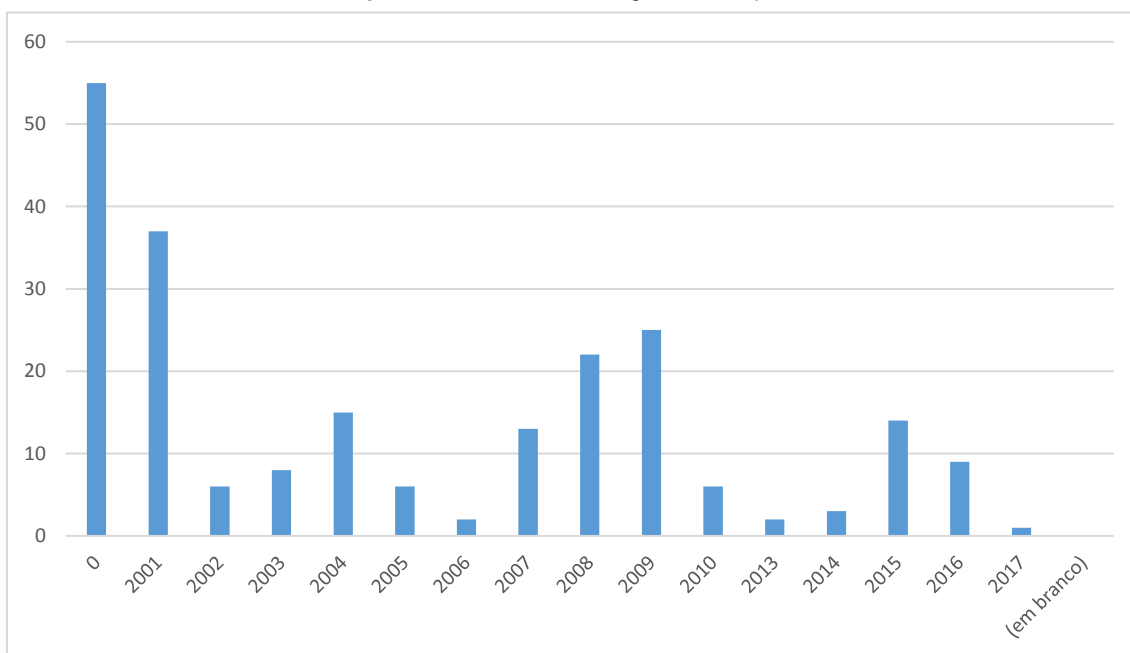
**Figura 43: Tipo de Intervenção**



Fonte: CMV

Reportando ao ano de execução das intervenções, verifica-se que 2001 foi o ano em que ocorreram mais intervenções, logo seguido de 2009 e 2008, Estes três anos agregam cerca de um terço das intervenções efetuadas o total do período. Ressalve-se no entanto que cerca de 24% das intervenções não se encontram datadas.

Figura 44: Ano das intervenções municipais



Fonte: CMV

Importa agora perceber a distribuição territorial do investimento e a sua relação com as dinâmicas populacionais e urbanísticas verificadas no período em análise.

Tabela 25: Distribuição e Compreensão do Investimento municipal, ao nível das intervenções, por freguesia

Freguesia	Medidas	Investimento Efetuado	Tipologia Predominante	Ano de Investimento maior	Investimento médio feito por habitante	Valor médio dos investimentos
Alfena	22	2.550.100,25 €	Equipamentos	2009	167,65 €	115.913,65 €
Ermesinde	70	12.282.875,02 €	Equipamentos	2001 e 2008	316,59 €	175.469,64 €
Valongo	64	14.295.648,00 €	Equipamentos	2001	597,52 €	223.369,50 €
U.F. de Campo e Sobrado	62	8.773.468,72 €	Equipamentos	2001	550,96 €	141.507,56 €
Conjunto	7	225.850,24 €	Equipamentos	2005		32.264,32 €
Total	225	38.127.942,23 €	Equipamentos	2001	406,23 €	169.457,52 €

Fonte: CMV

Muito embora os valores de investimento mais elevados se verifiquem em Valongo e Ermesinde, os valores do investimento médio por habitante mais altos são em Valongo e na U.F. de Campo e Sobrado, do que se infere a existência de uma política de reforço das simetrias territoriais, motivada pelo subdesenvolvimento infraestrutural e de equipamentos que a freguesia de U.F. de Campo e Sobrado apresentava anteriormente.

### Planos Setoriais

O PDM estabeleceu a necessidade de elaborar três planos setoriais para a concretização das políticas municipais associadas às respetivas temáticas, a saber, Mobilidade e Acessibilidade, Sistema Patrimonial e Gestão da Floresta, em acordo com o apresentado na tabela seguinte.

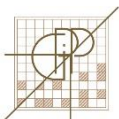


Tabela 26: Planos Setoriais do PDM de Valongo

Planos Setoriais	Ações	Promotores	Medidas Concretizadas
Plano de Mobilidade e Acessibilidade	Elaboração do plano Implementação do plano	EP/CMV/ PRIV	No âmbito do PEDU de Valongo, foram elaborados os seguintes planos: Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS); Plano Municipal de Acessibilidade para Todos (PMAT); Programa de Circulação Pedonal no Perímetro da ARU (PCPPARU)
Plano do Sistema Patrimonial	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Nenhuma
Plano Municipal de Gestão da Floresta	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Nenhuma
Plano de gestão da Serra de Santa Justa	Elaboração do plano Implementação do plano	CMV CMV/PRIV	Foi criada a Paisagem Protegida Regional "Parque das Serras do Porto" em 2016 com regulamento de gestão, que prevê 1 ano para a conclusão do respetivo plano de gestão.

Fonte: CMV

As diversas estratégias abordadas por estes planos concretizam-se através de medidas integradas noutros planos, como é o caso do PEDU de Valongo, o PMUS, o PMAT, o PCPPARU e o Parque das Serras de Valongo. Sublinhe-se, na temática da acessibilidade e mobilidade, a existência de 4 planos, os quais reforçam a aposta na mobilidade suave; e ainda a elaboração do Plano de Gestão da Serra de Santa Justa, não previsto no PDM, elaborado com o apoio da AMP.

No que respeita às temáticas do sistema patrimonial e da gestão da floresta não existe ainda qualquer desenvolvimento, muito embora seja urgente reestruturar a gestão florestal para a enquadrar no novo contexto legal.

Não será também de descuidar a questão do sistema patrimonial, pois este representa um importante ativo do município que poderá alavancar a promoção da imagem de Valongo e o desenvolvimento de uma economia associada à reabilitação do edificado e ao turismo, aproveitando ainda o facto de existir um contexto de financiamento de intervenções no âmbito dos quadros comunitários de apoio.

#### Grau de Execução dos Investimentos Previstos

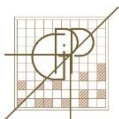
A Tabela 27 foi elaborada de acordo com a Programação de Investimento constante no Relatório do Plano Diretor Municipal.

Tabela 27: Tabela de Execução do PDM

Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
<i>Equipamentos e Infraestruturas</i>				
Escola da Travagem (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Escola do Barreiro de Cima (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Escola de Sá (JI/EB1)	Elaboração de Projeto Construção de Escola	1 1/2	CMV	Sem informação
Casa do Município (Espaço Nobre)	Elaboração de Projeto Reabilitação do Edifício	1 2	CMV	O edifício em questão encontra-se programado para a localização da Oficina da Regueifa e do Biscoito no âmbito do PEDU de Valongo. Necessita de definição de nova localização.



Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
Relocalização do Estádio (Federação)	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Estádio	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Relocalização do Quartel de Bombeiros de Ermesinde	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Quartel	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Relocalização do Quartel de Bombeiros de Valongo	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção de novo Quartel	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Novo Cemitério de Ermesinde	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção do Cemitério	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Novo Cemitério de Valongo	Definição da Localização Elaboração do Projeto Construção do Cemitério	1, 2 e 3	CMV	Nenhuma
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
Reservatório	Definição da Localização, Elaboração do Projeto Construção do Reservatório	1, 2 e 3	CMV	Sem informação
<b>Grandes Áreas Verdes</b>				
Requalificação das Margens do Rio Leça (Alfena)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Parque Urbano de Vilar Bela (Alfena/Ermesinde)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Requalificação das Margens do Rio Leça (Ermesinde)	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Sem informação
Parque Urbano de Mirante de Sonhos	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/ Jardim Urbano do Lugar do Suzão	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/Jardim Urbano dos Lagueirões	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Parque/Jardim Urbano do Lugar da Quinta do Linho	Elaboração do Projeto Construção de Parque Urbano	2 e 3	CMV/PRIV	Nenhuma
Corredor Ecológico do Rio Leça	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Corredor Ecológico do Rio Ferreira	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Corredor Ecológico Ermesinde-Valongo	Elaboração do Projeto Construção do Percurso	2 e 3	CMV	Sem informação
Serra de Santa Justa e Pias	Elaboração do Plano de Gestão	1	CMV	Criada a Paisagem Protegida Regional "Parque das Serras do Porto", cujo regulamento define 1 ano para a conclusão do plano de gestão da PPR.
<b>Mobilidade</b>				
Nó do Lombelho	Construção de Nó de Ligação da A41 com a Via do Lombelho	3	IP/CMV	Nenhuma



Designação	Ações	Prioridade	Execução	Medidas Concretizadas
Nó da A4	Relocalização do Nó da A4 (Valongo) para a zona da Biblioteca	3	EP	Nenhuma
Alternativa à A4	Construção do tramo da A4 exterior à cidade de Valongo.	3	EP	Nenhuma
Ligação Alfena-Valongo	Remodelação da Estrada Municipal, incluindo construção de novo tramo em Alfena e reperfilamento e requalificação da restante via existente	2 e 3	CMV	Nenhuma
Ligação Sobrado-Valongo	Construção de ligação da Via da Lomba à Variante de Valongo, na zona proposta para o novo nó da A4	2 e 3	CMV	Nenhuma
Via da Lomba	Construção da Via da Lomba e sua classificação como EN em alternativa à EN209	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
EN209	Desclassificação e Requalificação urbana	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
Variante de Valongo	Construção dos tramos ainda não executados da Variante de Valongo e sua classificação como EN (em alternativa à EN15)	2 e 3	EP/CMV/PRIV	Encontra-se programada a execução de um tramo, com uma extensão de ____?, no âmbito de uma operação urbanística aprovada.
EN 15	Desclassificação e Requalificação urbana	2 e 3	EP/CMV	Nenhuma
EM 606	Requalificação/ Reperfilamento da EM 606	3	CMV	Concretizada
Classificação do Apeadeiro de Suzão como Estação	Plano, Elaboração da proposta e Entrada em vigor	1, 2 e 3	CMV/REFER	Sem informação
Rede de mobilidade Suave	Plano, Projeto e Execução	1, 2 e 3	CMV	Concretizado o plano. A execução de algumas das vias encontra-se submetida a candidatura a fundos de financiamento no âmbito do PEDU.

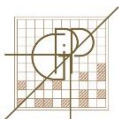
Fonte: CMV

Analisando a informação recolhida até à data, pode dizer-se que a concretização das propostas previstas no Programa de Execução do PDM apresenta uma evolução positiva, atendendo aos prazos estabelecidos, nomeadamente curto prazo (até 3 anos), médio prazo (4-6 anos) e longo prazo (7-10 anos).

No que se refere às propostas com um horizonte temporal de curto prazo, as quais deverão estar concretizadas ou em fase de finalização no momento de elaboração deste relatório, a situação é a seguinte:

- Escolas da Travagem, Barreiro de Cima e Sá, todas elas JI/EB1: sem informação;
- Casa do Município: terá que ser encontrada uma nova localização dado que a localização prevista no PDM passará a albergar a Oficina da Regueifa e do Biscoito (projeto PEDU);
- Serra de Santa Justa e Pias: foi concretizada a criação da Paisagem Protegida Regional 'Parque das Serras do Porto';
- Classificação do Apeadeiro de Suzão como Estação: sem informação;





- Rede de mobilidade suave: encontra-se em desenvolvimento, suportada pelos estudos complementares do PAMUS.

### Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Valongo

O PEDU enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento urbano tem como objetivo definir prioridades de investimento em três setores integrados: a reabilitação urbana, através do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), a mobilidade sustentável, através do PAMUS e o apoio às comunidades desfavorecidas, através do Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), estabelecendo o quadro para a obtenção de fundos comunitários no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020.

As medidas apresentadas no PEDU são as seguintes:

**Tabela 28: PEDU medidas e ações propostas**

Programa	Ações	
PAMUS	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono	Incremento da infraestrutura de mobilidade suave do concelho de Valongo
		Plano de arborização Urbana no Concelho de Valongo
		Qualificação interna e externa das interfaces ferroviárias
		Plano de Circulação para a EN 15 no perímetro da ARU - Valongo
		Construção e Implementação da solução provisória para a EN 15 em sentido único parcial - Valongo
		Acessibilidade para todos
PAICDV	(Re)qualificação do espaço público	Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Sampaio
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER S. Bartolomeu
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Barreiro
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Baldeirão II
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Balseilhas
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Outrela
		Modernização e Requalificação do Espaço Público do PER Serra Amarela
		Requalificação do Espaço Público da Azenha
		Requalificação do Espaço Público da Gandra
		Edifício de Apoio ao Espaço Público da Azenha
	Reabilitação ou criação física dos edifícios e equipamentos coletivos	Oficina do Brinquedo Tradicional
		Equipamento Coletivo para prestar serviços à comunidade em Campo
		CD Vilar - Reabilitação Social
	Reabilitação da habitação de cariz social	Reabilitação de Habitação Social PER Sampaio
		Reabilitação de Habitação Social PER S. Bartolomeu
		Reabilitação de Habitação Social PER Barreiro
		Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão II
		Reabilitação de Habitação Social PER Balseilhas
		Reabilitação de Habitação Social PER Outrela
		Reabilitação de Habitação Social PER Serra Amarela
		Reabilitação de Habitação Social PER Padre António Vieira
		Reabilitação de Habitação Social PER Primeiro de Maio
		Reabilitação de Habitação Social PER Baldeirão



Programa	Ações	
PARU		Reabilitação de Habitação Social PER Palmilheira
		Reabilitação de Habitação Social PER Montes da Costa
		Reabilitação de Habitação Social PER Mirante dos Sonhos
		Reabilitação de Habitação Social PER Calvário
		Reabilitação de Habitação Social PER Galinheiro
	Projetos transversais a todas as áreas desfavorecidas de Valongo de carácter imaterial	Ajuda +
		Áreas Residenciais saudáveis
		Emprego Solidário ECO CULTURA
		Valongo Heritage
		Educar e Capacitar PLUS
	Espaço Público	Espaço Público Adjacente à antiga casa Dias de Oliveira
		Reabilitação das Margens da Ribeira do Simão
		Parque Verde Pedagógico
		Requalificação da Praça Machado dos Santos
	Edifícios	Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito
		Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto
		Reabilitação e refuncionalização do Mercado Municipal de Valongo
		Centro Comercial Vallis Longus
	Ações de Promoção da Atividade Económica	Fundo de Apoio à Reabilitação do Edificado Urbano
		Programa Municipal de Capacitação Empreendedora
		Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito
	Ações de Animação e Gestão Urbana	Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto
		Programa de Animação Urbana
		Laboratório Urbano de Valongo

Fonte: PEDU

### Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O PDMV definiu 20 UOPG (cf. Tabela 29) que constituem instrumentos para a execução do plano, estabelecendo para cada uma delas os respetivos objetivos, conteúdos programáticos, indicadores e parâmetros urbanísticos e formas de execução. As UOPG definidas correspondem a áreas de intervenção dos planos de urbanização e dos planos de pormenor em elaboração ou a outros polígonos territoriais cujas características exigem um tratamento mais detalhado ao nível de planeamento e gestão urbanística que tenha em conta as respetivas especificidades.

**Tabela 29: UOPG no município de Valongo**

UOPG	Execução	Concretização
Vilar-Bela	CMV / PRIV	Nenhuma
Centro Cívico de Alfena	CMV/ PRIV	
Quinta das Telheiras	CMV/ PRIV	
Área Central de Ermesinde	CMV/ PRIV	
Mirante de Sonhos	CMV/PRIV	
Zona Empresarial da Sr.ª Amparo	CMV/PRIV	
Alteração Pontual do PDM	CMV	
Lagueirões	CMV/ PRIV	
Eixo Antigo de Valongo	CMV/PRIV	
Quinta de S. João	CMV/PRIV	
Lugar da Chã	CMV/PRIV	
Zona Industrial de Campo	EP/CMV/PRIV	Em projeto de plano
Quinta da Lousa e Zona Empresarial de Valongo	CMV/PRIV	Nenhuma
Cidade de Valongo	CMV/PRIV	
Expansão Nascente da Cidade de Valongo	CMV/PRIV	
Cidade de Ermesinde	CMV/PRIV	
Área Nascente de Alfena	CMV/PRIV	
Área Central de Campo e Zona Envolvente	CMV/PRIV	



UOPG	Execução	Concretização
Zona Empresarial de Sobrado de Cima	CMV/PRIV	
Área Central de Sobrado e Zona Envolvente	CMV/PRIV	

Fonte: CMV

Tal como se pode verificar na tabela apresentada, a execução das UOPG é residual, exceção feita à UOPG da Zona Industrial de Campo, cujo plano de urbanização se encontra em fase de elaboração.

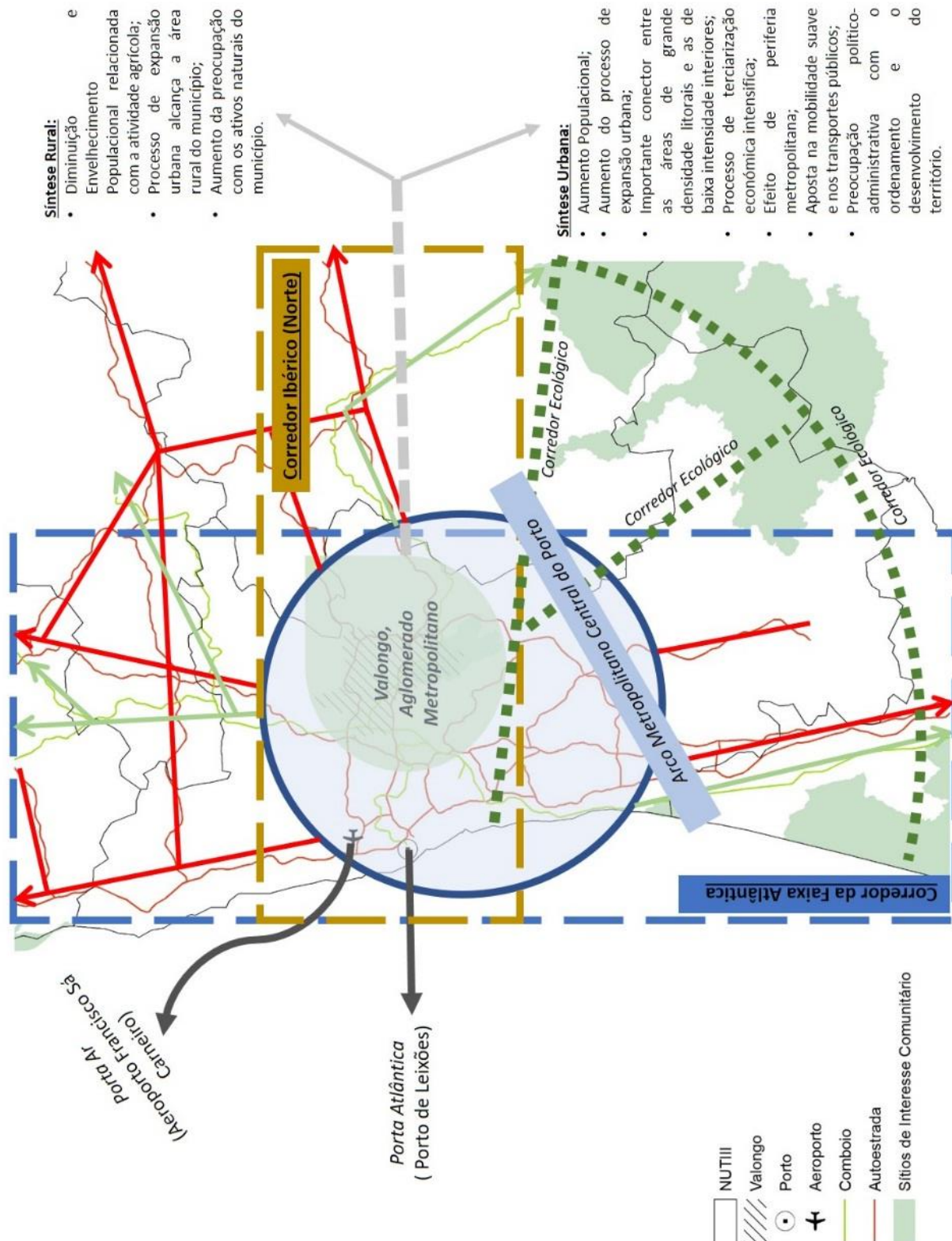
### Áreas de Reabilitação Urbana

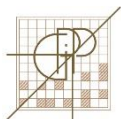
A importância estratégica da reabilitação urbana é patente na aposta que tem sido feita nesta área, nomeadamente ao nível dos incentivos à reabilitação de espaços públicos e do edificado que têm vindo a ser criados. O RJRU define áreas de reabilitação urbana como *espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada, abrangendo áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.*

Atualmente, o município de Valongo tem uma ARU denominada por Eixo Antigo de Valongo, publicada através do Aviso n.º 6826/2015, de 18 de junho, cujo Projeto da Operação de Reabilitação Urbana/ Programa Estratégico de Reabilitação Urbana se encontra numa fase preparatória de submissão a discussão pública.



## Modelo Territorial





## **Fatores Críticos de Mudança e Considerações Finais**

O REOT pretende ser um instrumento decisivo para a gestão do território no município de Valongo, compreendendo o impacto das diferentes propostas desenvolvidas pelos programas, políticas e instrumentos de gestão do território/planeamento na dinâmica populacional, social e económica do município, identificando os desafios que se colocam à prossecução da estratégia estabelecida e avaliando a sua adequação à conjuntura atual com vista a ponderar as necessidades de redefinição da estratégia de base territorial.

Com a elaboração do REOT são identificados novos desafios, os quais deverão ter resposta na redefinição da estratégia territorial municipal:

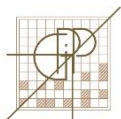
- Económicos: definidos pela necessidade de especializar as atividades económicas atuais;
- Ambientais: na valorização dos valores naturais, no aumento da eficiência das redes de recolha e tratamentos de águas e resíduos e no desenvolvimento dos princípios de autossuficiência energética do território;
- Socioculturais: na valorização do património e na identidade do território, na qualificação da população e na aposta do envelhecimento positivo;
- Planeamento: no desenvolvimento territorial de Valongo, consolidando os espaços urbanos, fomentando os espaços de utilização coletiva, melhorando a mobilidade, e no reforço da governança metropolitana.

Muito embora não tenha sido possível avaliar com eficácia a taxa de execução do PDM e outros IGT até ao momento, com vista a determinar a adequação da estratégia e a identificar as necessidades de ajuste/ alteração, há uma questão de fundo que obriga a ponderar seriamente a necessidade de revisão do Plano.

Tal como referido anteriormente, o PDM de Valongo teve como enquadramento legal um regime jurídico que já não se encontra em vigor, e que foi profundamente alterado pela publicação da nova LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio) e do RJIGT (DL n.º 80/2015, de 14 de maio), cujas principais alterações são as seguintes:

- A alteração da orgânica do sistema de planeamento, com a introdução da dinâmica intermunicipal;
- O reforço da sustentabilidade financeira dos sistemas de perequação e da parametrização das mais-valias;
- A introdução de novos elementos necessários para os conteúdos materiais;
- A supressão da classificação do solo urbanizável para novas representações urbanas contratualizadas em operações urbanísticas, como unidades execução ou UOPG, mas também a sua reclassificação para solo rústico.

Tais realizações definem um novo paradigma estruturado pela contenção dos perímetros urbanos, mas também na valorização dos ativos naturais e patrimoniais como estruturadores de



uma nova utilização do uso do solo em concordância com os objetivos no quadro político-administrativo.

A conformação dos diversos planos territoriais ao novo regime jurídico, nomeadamente no que respeita aos critérios de classificação e qualificação do solo, é obrigatória e tem um prazo definido legalmente (13 de julho de 2020), findo o qual ficam suspensas as normas que devessem ter sido alteradas, não podendo haver lugar, na área abrangida, a quaisquer operações de transformação do uso do solo.

A forma que deve adotar esta conformação tem sido amplamente discutida, tendo em conta o carácter estratégico que revestem algumas das temáticas a introduzir nos novos planos, em especial no que se refere à classificação do solo. De facto, tem sido o entendimento mais comum que esta conformação se trata não de uma reclassificação mas de uma classificação ex novo, isto é, que a globalidade do território deve ser avaliada face aos novos critérios de classificação com vista à verificação das características que lhe permitam – ou não – ser integrado em solo urbano, desprendendo-se da classificação vigente.

E as restantes temáticas a integrar, como sejam a parametrização das mais-valias, os critérios de reclassificação de solo rústico em urbano, a criação do fundo de sustentabilidade ambiental e urbanística, o sistema perequativo a diferentes escalas, têm igualmente profundas implicações na estratégia do Plano.

Assim sendo, é de recomendar que o PDM de Valongo seja sujeito a um procedimento de revisão que o conforme ao novo quadro legislativo, processo esse que deverá estar terminado até 13 de julho de 2020 em acordo com o previsto pela lei.